



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://portal.uern.br/>

EDITAL Nº PE 07/2026/2026

Processo nº 04410277.001088/2025-87

PREGÃO 07/2026

Contratante:	Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Código da UASG:	925543
Objeto:	Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática para toda a instituição.
Valor da contratação:	R\$ 8.366.893,88
Data da sessão pública:	17/06/2026
Horário:	08:00 horas (horário oficial de Brasília)
Local para o envio das propostas e da sessão pública:	Portal de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br
Critério de Julgamento:	menor preço por item
Modo de Disputa:	aberto e fechado
Tratamento favorecido ME/EPP/Equiparadas:	sim
Locais para obtenção do edital:	UERN ; COMPRASNET ; TCE

Torna-se público que a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - FUERN, por meio da Diretoria de Licitações e Contratos, sediada na Rua Quintino Bocaiuva, sn - Ed. Epílogo de Campos, Centro, Mossoró/RN, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual 21.008, de 12 de janeiro de 2009, Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, Lei Complementar Estadual nº 675 de 06 de novembro de 2020, do Decreto Estadual nº 30.753, de 22 de julho de 2021) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preço para aquisição de equipamentos de informática para toda a instituição, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da

habilitação.

3.6. **Com exceção dos itens 01, 02, 05, 06, 12, 18, 19, 23, 29, 30, 31, 32, 35 e 36** a participação no certame é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020.**

3.6.1. Quanto aos itens 35 e 36 não foi aplicada cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o quantitativo previsto é de apenas 02 (duas) unidades por item, de modo que eventual divisão resultaria em reserva correspondente a 50% (cinquenta por cento) do objeto, em desacordo com o limite de até 25% (vinte e cinco por cento), previsto no art. 44 da Lei Complementar Estadual nº 675/2020.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4. e 3.9.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4. e 3.9.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. **DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.11. e 7.12.3. deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.8.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica

que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4. ou 5.9. ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo, conforme termo de referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto

licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/ Projeto Básico.

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- 7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.
- 7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
- 7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de

microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no

chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.8.1. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes

8.8.2. e, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/ Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.13. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16.1. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Caso o Termo de Referência/ Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% (quinze por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.
- 9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.9. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre o preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943. (art. 5º do Decreto Estadual nº 30.753/2021).
- 9.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro/Agente de Contratação.
- 9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 9.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.15.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:
- 9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

- 9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.15.1.
- 9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 10.5. Os prazos dos itens 10.2. e 10.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 10.7.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição

pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sei.rn.gov.br/>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
 - 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 14.1.6. fraudar a licitação;
 - 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1., 14.1.2. e 14.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4., 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7., 14.1.8. e 14.1.9., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1., 14.1.2., 14.1.3. e 14.1.4., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7., 14.1.8. e 14.1.9., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1., 14.1.2., 14.1.3. e 14.1.4. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de

proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: contratacoes@uern.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portal.uern.br/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência (ID nº 41509600)

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (ID nº 38723658)

- 16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato (ID nº 39795680)
- 16.11.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços (ID nº 39801329)
- 16.11.4. ANEXO III - Minuta de Proposta de Preços (ID nº 39809329)

Mossoró/RN, 28 de maio de 2026.

Modelo da AGU para Edital Pregão e Concorrência menor preço e maior desconto - Lei nº 14.133, de 2021.

Atualização: Novembro/2025



Documento assinado eletronicamente por **Raíssa Carla Fernandes Lobato Marques, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 28/05/2026, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cicília Raquel Maia Leite, Presidente(a) da FUERN**, em 28/05/2026, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41671348** e o código CRC **2E479ED6**.

Referência: Processo nº 04410277.001088/2025-87

SEI nº 41671348



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://portal.uern.br/

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 04410277.001088/2025-87

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática para toda a instituição, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DEMANDANTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA¹	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PROGEP ASSU ASSU FACEM FAEN FAFIC FALA FANAT FANAT C. NATAL C. NATAL P. DOS FERROS P. DOS FERROS PRAE FE FASSO PROEX	Notebook TIPO 01 — Processador: 13ª geração Intel® Core™ i7 1355 - similar ou superior considerando realização de benchmark de desempenho, devendo ser o respectivo desempenho igual ou superior ao referenciado. Sistema operacional: Windows 11 Pro, Português. Placa de vídeo: NVIDIA® GeForce® RTX™ 3050, 6GB GDDR6 ou similar. Tela Full HD de 15.6" (1920 x 1080), 120Hz, 250 nits. Memória: Mínimo de 16GB DDR5 (2x8GB) 4800MT/s; Expansível até 32GB (2 slots soDIMM). Armazenamento: Mínimo de SSD de 512GB PCIe NVMe M.2. Teclado funcional numérico e em português, Querty. Portas: 1 porta para headset (conjunto de fones de ouvido e microfone), 1 porta Ethernet RJ45(ou adaptador USB/RJ45), 3 portas USB 3.2 de 1ª geração, 1 porta HDMI 2.1, 1 porta USB-C 3.2 de 2ª geração ou similar. Câmera HD RGB de 720p a 30 fps com microfone único integrado. Áudio e alto-falantes: 1 porta para headset (conjunto de fones de ouvido e microfone). Alto-falantes estéreo com Realtek ALC3254, 2 de 2,5 W (ou similar) Wireless. Intel® Wi-Fi 6 AX201, 2x2, 802.11ax, placa de rede wireless com Bluetooth® (ou similar). Bateria principal: Bateria de 3 células e 56 Wh (integrada) - ou similar. Energia: Adaptador CA 240 Watts (Bivolt) - ou similar.	Unidade	23	45	R\$ 5015,54	R\$ 225.699,30
		Notebook — Sistema operacional: Windows 11 PRO; Intel® Core™ Ultra 7 Processor 155H Gráficos: Gráficos Intel® ARC™; Memória: 16GB Dual					

2	FACEM PROEX-DECA FANAT FUERN	Channel, 7467 MHz LPDDR5X; Armazenamento: 1TB PCIe Gen 4.2; Bateria: 65Wh; Rapid Charge Boost: 15 minutos para 2 horas. Áudio Alto-falantes: 4 alto- falantes com áudio Dolby Atmos®; Câmera: FHD webcam; IR camera; Camera shutter; Microfones: 4 microfones com Voice ID. Conectividade Portas/Slots Esquerda: 2 USB-C Thunderbolt™ 4; HDMI 2.1; Direita: USB-A 3.2; Combinação de fone de ouvido/microfone. Sem fio Wi-Fi: Wi-Fi 6E*; Bluetooth®: 5.3. A operação do WiFi 6E de 6 GHz depende do suporte do sistema operacional, roteadores/APs/gateways compatíveis com WiFi 6E, bem como das certificações regulatórias regionais e alocação de espectro. Design Display: 14" (1920 x 1200), 60 Hz, 16:10, WUXGA OLED, 400 nits, 100% P3, Dolby Vision®, certificação TÜV Low Blue Light, certificação Eyesafe, fosco; Dimensões (A x L x P): 14,9 mm x 312 mm x 221 mm / 0,59" x 12,28" x 8,7"; Peso: A partir de 1,39 kg / 3,06 lbs; Cor: Cinza. Sustentabilidade, Certificações e Registros Embalagem: Sem plástico; Registro: EPEAT® Gold; Classificação: ENERGY STAR®; Resistência: MIL- STD 810H.	Unidade	47	140	R\$ 6.011,41	R\$ 841.597,40
3	Assú(03) CAICÓ-RN(03) DLV-Assu(01)	Smartphone com configurações iguais ou similares: Tamanho (Tela Principal) 6.7"Resolução (Tela Principal) 720 x 1600 (HD+); Câmeras Traseiras (Múltiplas) - Resolução 50.0 MP + 2.0 MP Câmeras Traseiras (Múltiplas) resolução 8.0 MP Câmera Frontal - Resolução de Gravação de Vídeos FHD (1920 x 1080) @60fps; Memória RAM (GB) 4 GB, Armazenamento (GB) 128 GB Rede / Bandas Número de Chip Dual-SIM Conexões 2G, 3G, 4G Conectividade USB Interface USB - Tipo C; Localização GPS, Glonass, Beidou, Galileo; Conector de Fone de Ouvido; Conexão 3.5mm Estéreo (Padrão P2). Sistema Operacional: Android. Garantia não inferior a 1(um) ano.	Unidade	7	14	R\$ 1.258,50	R\$ 17.619,00
		Tablet de configuração igual ou similar: de 128GB de Armazenamento. Tamanho da Tela 10,9" Tipo de Tela TFT , 1 Caneta , 1 Carregador, 1					

4	Assú(03) CAICÓ-RN(03)	Cabos de Dados e 1 Extrator da bandeja Resolução da Tela 2.304x1.440 Conectividade Bluetooth e Wi-Fi Conexões USB 2.0 + Tipo C + Micro SD até 1TB Sistema Operacional Android. Características da Câmera UHD 4K (3840 x 2160) @30fps Câmera Traseira 8MP com + 8MP UltraWide com abertura F2.2; Câmera Frontal 12MP UltraWide com abertura F2.4; Memória RAM 6GB Características do Tablet Tela Imersiva, Gorilla Glass, Pasta Segura, certificação IP68: resistente a água, sensor de impressões digitais e Dual Speaker AKG Localização GPS Sensores Acelerômetro, Giroscópio, Geomagnético, Sensor Hall, Luz RGB; Capacidade da Bateria 8.000mAh Carregamento Rápido 15W.	Unidade	5	15	R\$ 2.772,34	R\$ 41.585,10
		Computador Tipo 1. Computador desktop de uso corporativo, novo e sem uso anterior; não será aceito equipamento do tipo mini desktop ou micro desktop. Processador: 64 Bits Intel i5 ou superior(14ª Geração ou mais recente) ou AMD Ryzen 3 ou superior(geração 8000 ou mais recente) Cache L3 ou Smartcache de, no mínimo 12MB. Deverá possuir suporte para barramento DDR5 ou superior. O processador deverá ser acompanhado por cooler compatível com o mesmo, com potência suficiente para resfriamento padrão. Deverá ser aplicada pasta térmica se o fabricante do processador assim o recomendar. Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo do processador ofertado. Clock Máximo de 4.40 GHz ou superior, podendo ser aferido nos núcleos de performance e em carga total. Placa Mãe: Fabricação própria e compatível com o modelo ofertado. Não deve ser produzida em regime de OEM. Chip de segurança TPM versão 2.0 (ou superior) integrado para criptografia. Possuir dois slots padrão PCIE M.2 GEN 4 ou superior para discos NVME. Deve possuir slots e conexões para os dispositivos elencados neste termo de referência. Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo da placa mãe ofertada a ser fornecida. Chipset: Deverá possuir suporte a expansão de memória de, no mínimo,					

32 GB em dual channel ou superior; Deverá possuir suporte de memória do tipo: DDR5 4800 MHz ou barramento superior. Suporte a controladora de disco padrão NVME. Possuir suporte a configurações de memória de canal duplo (dual channel memory) para um melhor desempenho.

Memória 16 GB RAM DDR5 ou Superior. Deve possuir 01(um) módulo de 16 GB RAM. Memória ram (Random Access Memory) DDR5 4800 MHz ou superior. A memória não pode ser soldada diretamente na placa mãe.

BIOS: Possibilidade de proteção da configuração por meio de senha (password) contida na própria memória de configuração da motherboard. A BIOS uefi deverá estar gravada em memória do tipo "flash" ou equivalente que permita a sua fácil atualização diretamente através do microcomputador, sem a necessidade de remoção ou apagamento (como no caso das Eprom). A configuração da máquina deverá ser alterável e mantida através de bateria (recarregável ou não) ou método equivalente (memória flash, eprom ou outra solução similar) montada sobre a própria motherboard. A bios UEFI deverá permitir atualização via software. Caso haja interrupção da energia durante a atualização, a bios deverá ser recuperada automaticamente para versão anterior ou ser possível recuperá-la online através de solução ofertada pelo fabricante, não podendo ser o equipamento inutilizado. As atualizações da bios uefi deverão ser disponibilizadas, através do site www ou ftp do fabricante da placa mãe. Assas atualizações, se ocorrerem, deverão ser gratuitas. suporte para o modo de economia de energia. Suporte ao sistema de gerenciamento dmi (desktop management interface) em sua v.2.0 ou mais recente. Deverá ter suporte ao idioma inglês e/ou português. Deverá ser fornecida solução que permita salvar as configurações de bios do equipamento em um arquivo executável/script para distribuição da configuração para equipamentos da mesma marca/modelo, independente de senha;

Slots e portas de comunicação: portas usb: Mínimo de 06 (seis) portas usb; uma porta usb 3.2

		<p>tipo-c frontal. Não será permitido uso de “hub” usb externo. Conectores de áudio (line-in, line-out, mic in), sendo permitido conector combo (line-out, mic-in).</p> <p>Portas de vídeo: Mínimo de 02 (duas) portas de vídeo: 01 (uma) porta padrão hdmi; 01 (uma) porta padrão vga; Não será aceito adaptador para o padrão VGA;</p> <p>Deverá possuir 2 (dois) slots PCIE Gen 4 ou superior para conexão unidade de estado sólido padrão m.2 nvme.</p> <p>Controladora de disco: Controladora de unidade de discos padrão PCIE M.2 NVME;</p> <p>Interface de vídeo: Memória gráfica de, no mínimo, 256 mb com alocação dinâmica de memória ram. Resolução gráfica analógica de: 1920 x 1080 pixels ou superior. Suporte a directx versão 12 ou superior.</p> <p>Unidade de armazenamento: Unidade de estado sólido M.2 NVME de, no mínimo, 256 GB, velocidade de escrita e leitura superior a 2000MB/s; Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo do disco rígido.</p> <p>Interface de rede: 01 (uma) interface de rede gigabit, com total compatibilidade com rede ethernet - padrões ieee 802.2 e 802.3. taxa de transmissão de 10mbps-half duplex, 10mbps-full duplex/100mbps- half duplex, 100MBPS full duplex e 1000MBPS full duplex (gigabit).</p> <p>Barramento de sistema para comunicação, tipo pci-express, podendo ser interno ao chipset ou placa mãe, dispensado o uso de slot PCIE. Suporte a função wake on lan.</p> <p>Interface de som: “on-board”, padrão plug-and-play. O equipamento deve possuir alto-falante interno capaz de reproduzir sons do sistema operacional;</p> <p>Mouse: mouse óptico, compatível com o microsoft mouse, com pelo menos 1600 dpi de sensibilidade, com 2 (dois) botões e rolete emborrachado de scroll, em conector usb, compatível com a interface ofertada na motherboard do equipamento. tapete (mousepad) para mouse. cor predominante preta. Não será aceito mouse tipo mini.</p> <p>Teclado: Compatível com o teclado ibm-pc/at, com layout abnt2. com, no mínimo, 101 teclas, padrão qwerty; teclas alfanuméricas, de função (f1 a f12), numéricas e de</p>				
5	Assu CAICÓ DIRI DSIB FACEM FACEM FACEM FACEM FACEM FACS FAD FAEF FAEN FAFIC FALA FANAT FASSO FE C. NATAL C. PATU P. DOS FERROS PROEG PROEX PROEX PROGEP PROPEG PRAE Junta multiprofissional(P.dos ferros; Patu; Assu; FACS) PROEX-DECA	Unidade	160	320	R\$ 5.505,03	R\$ 1.761.609,60

movimentação de cursor independentes. com conector usb compatível com a interface ofertada na motherboard do equipamento. com possibilidade de ajuste da inclinação. Com indicadores (led's) de num lock, caps lock e scroll lock. Cor predominante preta.

Gabinete: Padrão micro-pc possuir local para uso de cadeado ou lacre para evitar acessos indevidos ao interior do gabinete. Possuir botão liga/desliga frontal com função dupla: liga/desliga e standby/sleep. Possuir indicadores liga/desliga e disco rígido na parte frontal. Cor preta.

Fonte de alimentação: Tensão de entrada de 100 - 240 volts automática, com proteção contra variação de tensão na rede.

Softwares: Licença de uso de software individual por microcomputador

Windows 11 pro original 64 bits instalado, em português, A chave da licença (bios oem key) do sistema operacional microsoft windows deverá estar gravada na bios do equipamento. deverá ser fornecida solução para reinstalação do sistema operacional. serão aceitas as seguintes soluções: disco usb que instale o sistema operacional e drivers do equipamento com proteção de gravação. deverá ser entregue uma unidade para cada 5 equipamentos, sendo no mínimo duas unidades por local de entrega. solução de reinstalação do sistema operacional e drivers acessível através da bios do equipamento com conexão à internet, sem necessidade de disco usb externo. **Garantia**

mínima de 03 anos com as seguintes

características: O período de garantia será contado a partir da data da emissão do termo de aceite final dos equipamentos, não inferior a 03 (três) anos, sendo os atendimentos prestados no local de instalação e utilização dos computadores no município de campinas. caso a empresa proponente ofereça prazo de garantia superior ao exigido no item acima, deverá indicá-lo na proposta. A garantia, suporte técnico e a manutenção de hardware dos equipamentos serão de responsabilidade da fabricante, abrangendo a solução de problemas ocasionados pelo mau funcionamento e defeitos

apresentados, sendo responsáveis pelo reparo e substituição de peças defeituosas por outra nova, de performance equivalente ou superior. Durante o período de garantia, a manutenção de hardware dos equipamentos e dispositivos que integram o equipamento, inclusive teclado e mouse, será de responsabilidade da fabricante dispondo do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a solução do problema, contados da abertura do chamado. Em caso de identificação de problemas generalizados de hardware, tais como defeitos de fabricação, incompatibilidade de drivers, entre outros, a fabricante deverá providenciar a correção do problema em até 05 (cinco) dias úteis contados do registro da ocorrência ou substituição em até 07 (sete) dias úteis. Caso algum equipamento apresente reincidência de problemas, a contratante poderá exigir sua substituição, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data do registro da segunda ocorrência. A contratada deverá indicar o canal de atendimento da assistência técnica a ser prestado pela fabricante. Os chamados para solução de problemas com os equipamentos deverão receber um número para acompanhamento do usuário e deverão ter a resolução em até 3 dias úteis, com atendimento no local de trabalho do servidor público. durante o período de garantia a contratante poderá abrir e substituir os componentes internos (ex.: placas pci, disco, memória, etc) sem perda da garantia do equipamento, sem autorização do fabricante. neste caso, a garantia será restringida apenas aos itens fornecidos pelo fabricante. a garantia deverá possuir atendimento remoto telefônico com técnicos especializados das 8:00 às 20:00 para abertura de chamado e diagnóstico remoto. caso o problema não seja resolvido remotamente, o atendimento deverá ocorrer no local de instalação dos equipamentos em dias úteis das 8:00 às 18:00. deverá ser fornecida solução que permita acompanhar e distribuir a atualização de drivers, firmwares e bios de forma centralizada para gerenciamento da política

de segurança e atualização; deverá ser fornecido portal com acesso seguro que permita aos técnicos da FUERN, abertura de chamados em garantia de forma on-line e acompanhamento, sem a necessidade de ligação telefônica\call center; Deverá ser fornecida solução que permita medir o histórico de uso dos componentes do equipamento como memória, disco, processador e identificar softwares utilizados e que impactam na performance do equipamento.

Computador desktop de uso corporativo, novo e sem uso anterior;não será aceito equipamento do tipo mini desktop ou micro desktop.

Processador: 64 Bits Intel i7 14700 ou superior(14ª Geração ou mais recente) ou similar, considerando realização de benchmark de desempenho, devendo ser o respectivo desempenho igual ou superior ao referenciado; Deverá possuir suporte para barramento DDR5 ou superior. O processador deverá ser acompanhado por cooler compatível com o mesmo, com potência suficiente para resfriamento padrão. Deverá ser aplicada pasta térmica se o fabricante do processador assim o recomendar.Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo do processador ofertado. Clock Máximo de 4.40 GHz ou superior, podendo ser aferido nos núcleos de performance e em carga total.

Placa Mãe: Fabricação própria e compatível com o modelo ofertado. Não deve ser produzida em regime de oem. Chip de segurança TPM versão 2.0 (ou superior) integrado para criptografia. Possuir dois slots padrão PCIE M.2 GEN 4 ou superior para discos NVME. Deve possuir slots e conexões para os dispositivos elencados neste termo de referência. Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo da placa mãe ofertada a ser fornecida.

Chipset: Deverá possuir suporte a expansão de memória de, no mínimo, 32 gb em dual channel ou superior; Deverá possuir suporte de memória do tipo: DDR5 4800 MHz ou barramento superior. Suporte a controladora de disco padrão NVME. Possuir suporte a configurações de memória

de canal duplo (dual channel memory) para um melhor desempenho.

Memória 32 GB RAM DDR5 ou Superior. Deve possuir 02(dois) módulos de 16 GB RAM. Memória ram (random access memory) DDR5 ou superior. A memória não pode ser soldada diretamente na placa mãe.

BIOS: Possibilidade de proteção da configuração por meio de senha (password) contida na própria memória de configuração da motherboard. A BIOS uefi deverá estar gravada em memória do tipo “flash” ou equivalente que permita a sua fácil atualização diretamente através do microcomputador, sem a necessidade de remoção ou apagamento (como no caso das Eprom). A configuração da máquina deverá ser alterável e mantida através de bateria (recarregável ou não) ou método equivalente (memória flash, eprom ou outra solução similar) montada sobre a própria motherboard. A bios uefi deverá permitir atualização via software. Caso haja interrupção da energia durante a atualização, a bios deverá ser recuperada automaticamente para versão anterior ou ser possível recuperá-la online através de solução ofertada pelo fabricante, não podendo ser o equipamento inutilizado. As atualizações da bios uefi deverão ser disponibilizadas, através do site www ou ftp do fabricante da placa mãe. Assas atualizações, se ocorrerem, deverão ser gratuitas. suporte para o modo de economia de energia. Suporte ao sistema de gerenciamento dmi (desktop management interface) em sua v.2.0 ou mais recente. Deverá ter suporte ao idioma inglês e/ou português. Deverá ser fornecida solução que permita salvar as configurações de bios do equipamento em um arquivo executável/script para distribuição da configuração para equipamentos da mesma marca/modelo, independente de senha;

Slots e portas de comunicação: portas usb: Mínimo de 06 (seis) portas usb; uma porta usb 3.2 tipo-c frontal. Não será permitido uso de “hub” usb externo. Conectores de áudio (line-in, line-out, mic in), sendo permitido conector combo (line-out, mic-in).

Placa de vídeo: Nvidia RTX 2000 Ada, 16 GB

		<p>GDDR6, 4 adaptadores mDP para DP, similar ou superior. Parte frontal deve possuir um slot para cartão SD;</p> <p>Deverá possuir 2 (dois) slots PCIE Gen 4 ou superior para conexão unidade de estado sólido padrão m.2 nvme.</p> <p>Controladora de disco: Controladora de unidade de discos padrão PCIE M.2 NVME;</p> <p>Interface de vídeo: Memória gráfica de, no mínimo, 256 mb com alocação dinâmica de memória ram. Resolução gráfica analógica de: 1920 x 1080 pixels ou superior. Suporte a directx versão 12 ou superior.</p> <p>Unidade de armazenamento: SSD de 1TB PCIe NVMe M.2 (Classe 40); Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo do disco rígido.</p> <p>Interface de rede: 01 (uma) interface de rede gigabit, com total compatibilidade com rede ethernet - padrões ieee 802.2 e 802.3. taxa de transmissão de 10mbps-half duplex, 10mbps-full duplex/100mbps- half duplex, 100MBPS full duplex e 1000MBPS full duplex (gigabit).</p> <p>Barramento de sistema para comunicação, tipo pci-express, podendo ser interno ao chipset ou placa mãe, dispensado o uso de slot PCIE. Suporte a função wake on lan.</p> <p>Interface de som: “on-board”, padrão plug-and-play. O equipamento deve possuir alto-falante interno capaz de reproduzir sons do sistema operacional;</p> <p>Mouse: mouse óptico, compatível com o microsoft mouse, com pelo menos 1600 dpi de sensibilidade, com 2 (dois) botões e rolete emborrachado de scroll, em conector usb, compatível com a interface ofertada na motherboard do equipamento. tapete (mousepad) para mouse, cor predominante preta. Não será aceito mouse tipo mini.</p> <p>Teclado: Compatível com o teclado ibm-pc/at, com layout abnt2. com, no mínimo, 101 teclas, padrão qwerty; teclas alfanuméricas, de função (f1 a f12), numéricas e de movimentação de cursor independentes. com conector usb compatível com a interface ofertada na motherboard do equipamento. com possibilidade de ajuste da inclinação. Com indicadores (led’s) de num lock, caps lock e scroll lock. Cor predominante</p>				
6	C.NATAL PROEX PROPEG PROEX-DECA STI	Unidade	11	32	R\$ 15.257,90	R\$ 488.252,80

Gabinete: Padrão micro-pc possuir local para uso de cadeado ou lacre para evitar acessos indevidos ao interior do gabinete.

Possuir botão liga/desliga frontal com função dupla: liga/desliga e standby/sleep. Possuir indicadores liga/desliga e disco rígido na parte frontal. Cor preta.

Fonte de alimentação: Tensão de entrada de 100 - 240 volts automática, com proteção contra variação de tensão na rede.

Softwares: Licença de uso de software individual por microcomputador windows 11 pro original 64 bits instalado, em português, elegível para downgrade para windows 10 pro. a chave da licença (bios oem key) do sistema operacional microsoft windows deverá estar gravada na bios do equipamento. deverá ser fornecida solução para reinstalação do sistema operacional. serão aceitas as seguintes soluções: disco usb que instale o sistema operacional e drivers do equipamento com proteção de gravação. deverá ser entregue uma unidade para cada 5 equipamentos, sendo no mínimo duas unidades por local de entrega. solução de reinstalação do sistema operacional e drivers acessível através da bios do equipamento com conexão à internet, sem necessidade de disco usb externo. **Garantia**

mínima de 03 anos com as seguintes

características: O período de garantia será contado a partir da data da emissão do termo de aceite final dos equipamentos, não inferior a 03 (três) anos, sendo os atendimentos prestados no local de instalação e utilização dos computadores no município de campinas. caso a empresa proponente ofereça prazo de garantia superior ao exigido no item acima, deverá indicá-lo na proposta. A garantia, suporte técnico e a manutenção de hardware dos equipamentos serão de responsabilidade da fabricante, abrangendo a solução de problemas ocasionados pelo mau funcionamento e defeitos apresentados, sendo responsáveis pelo reparo e substituição de peças defeituosas por outra nova, de performance equivalente ou superior. Durante o período de garantia, a manutenção de hardware dos equipamentos e

dispositivos que integram o equipamento, inclusive teclado e mouse, será de responsabilidade da fabricante dispondo do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a solução do problema, contados da abertura do chamado. Em caso de identificação de problemas generalizados de hardware, tais como defeitos de fabricação, incompatibilidade de drivers, entre outros, a fabricante deverá providenciar a correção do problema em até 05 (cinco) dias úteis contados do registro da ocorrência ou substituição em até 07 (sete) dias úteis. Caso algum equipamento apresente reincidência de problemas, a contratante poderá exigir sua substituição, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data do registro da segunda ocorrência. A contratada deverá indicar o canal de atendimento da assistência técnica a ser prestado pela fabricante. Os chamados para solução de problemas com os equipamentos deverão receber um número para acompanhamento do usuário e deverão ter a resolução em até 3 dias úteis, com atendimento no local de trabalho do servidor público. durante o período de garantia a contratante poderá abrir e substituir os componentes internos (ex.: placas pci, disco, memória, etc) sem perda da garantia do equipamento, sem autorização do fabricante. neste caso, a garantia será restringida apenas aos itens fornecidos pelo fabricante. a garantia deverá possuir atendimento remoto telefônico com técnicos especializados das 8:00 às 20:00 para abertura de chamado e diagnóstico remoto. caso o problema não seja resolvido remotamente, o atendimento deverá ocorrer no local de instalação dos equipamentos em dias úteis das 8:00 às 18:00. deverá ser fornecida solução que permita acompanhar e distribuir a atualização de drivers, firmwares e bios de forma centralizada para gerenciamento da política de segurança e atualização; deverá ser fornecido portal com acesso seguro que permita aos técnicos da FUERN, abertura de chamados em garantia de forma on-line e acompanhamento, sem a necessidade de ligação telefônica\call center;

		Deverá ser fornecida solução que permita medir o histórico de uso dos componentes do equipamento como memória, disco, processador e identificar softwares utilizados e que impactam na performance do equipamento.					
7	ASSU(01)	<p>Drone com câmera de alta resolução, pesando até 249 gramas, capaz de capturar imagens em 4K a 30 fps e fotos de 12 MP. Deve ser equipado com estabilização eletrônica de 3 eixos, possuir autonomia mínima de 38 minutos de voo por bateria e capacidade de até 3 baterias para o drone. O equipamento deve incluir controle remoto com tela integrada para visualização de imagens em tempo real, 5 pares de hélices (sendo 2 já instaladas no drone), cabo de dados tipo C, cabo USB-C e hub de carregamento com 3 slots para baterias. Deve acompanhar bolsa de transporte, protetor para o gimbal, parafusos e chave para parafusos. O alcance mínimo do controle remoto deve ser de no mínimo 4 km, com conectividade via Wi-Fi ou rádio para transmissão de vídeo em tempo real. O drone deve contar com sensores de obstáculos frontais e traseiros, sistema de retorno automático à base em caso de perda de sinal ou baixa carga, e sistema de GPS ou GLONASS. O controle remoto deve oferecer operação precisa e modos automáticos como rastreamento de objetos e voo inteligente. O equipamento deve ser compatível com dispositivos móveis para visualização e edição de imagens. Garantia mínima de 12 meses.</p>	Unidade	1	2	8051,23	R\$ 16.102,46
8	facem(01)	<p>Drone DJI Mini 3 Standard (Com tela) BR - DJI047. garantia não inferior a 1(um) ano a partir da data de entrega.</p>	Unidade	1	2	R\$ 5.953,12	R\$ 11.906,24
		<p>Drone compacto e dobrável, ideal para transporte e uso em viagens. Peso inferior a 249g, facilitando o manuseio e dispensando registro em alguns países. Design inovador com proteção completa das hélices, garantindo segurança durante o voo. Decolagem simplificada diretamente da palma da mão, sem necessidade de acessórios adicionais.</p>					

9	NATAL(01)	<p>Câmera e Gravação: Sensor CMOS de 1/1,3" com fusão de ISO nativo duplo. Resolução de gravação em 4K HDR a 60 fps, com suporte para câmera lenta em 4K a 100 fps. Capacidade de captura de fotos com 48 MP e abertura de f/1,7. Modos de gravação inteligentes, incluindo Dronie, Orbita, Foguete, Hélice, Boomerang e Spotlight. Função de rastreamento de objetos com inteligência artificial (IA), garantindo enquadramento preciso. Desempenho de Voo: Tempo máximo de voo de até 93 minutos com o uso de três baterias incluídas no combo. Alcance máximo de transmissão de vídeo de até 13 km (FCC) ou 8 km (CE/SRRC/MIC). Detecção de obstáculos para frente e para baixo, proporcionando maior segurança durante o voo. Controle e Conectividade: Controle remoto com tela integrada para visualização em tempo real. Compatibilidade com dispositivos Android e iOS para controle via aplicativo. Modos de voo automáticos e personalizáveis, simplificando a operação para iniciantes e profissionais. Itens Inclusos no Combo: Drone compacto e dobrável. Controle remoto com tela integrada. Três baterias recarregáveis. Hub de carregamento para recarga simultânea das baterias. Bolsa de transporte resistente e compacta. Cabos adaptadores para conexão com diferentes dispositivos. Manual de instruções em português. Requisitos Adicionais: Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Certificação de conformidade com normas técnicas brasileiras (Anatel ou equivalente).</p>	Unidade	1	2	R\$ 8.505,28	R\$ 17.010,56
10	Assu(02)	<p>GPS de navegação portátil igual ou semelhante, tela de 5 polegadas, mapas pré-carregados, atualizações de mapas vitalícias, alertas de motorista, compatível com aplicativos móveis, conexão USB, bateria com autonomia mínima de 1 hora, suporte a múltiplos sistemas de satélite (GPS, GLONASS), armazenamento interno de 16 GB, slot para cartão microSD, peso máximo de 200 gramas, dimensões aproximadas de 14 x 8 x 2 cm.</p>	Unidade	2	4	R\$ 1.700,82	R\$ 6.803,28
		Impressora 3D padrão					

11	Assu(01)	FFF/FDM, gabinete fechado em aço, conexão USB, área mínima de impressão 270 mm (largura) x 200 mm (profundidade) x 320 mm (altura), alimentação elétrica bivolt (220V), mesa de impressão aquecida, acompanhada de kits de filamento Premium em diversas cores compatível com a impressora para utilização imediata.	Unidade	1	2	R\$ 12.524,43	R\$ 25.048,86
12	Assu DIAAD DIRI DSIB FACEM FACEM FACEM FACEM FACEM FACEM FACS FALA FAD FAFIC FAEF FANAT C.NATAL P. dos Ferros PROEG PROEX PROEX PROPEG PROGEP PROEX-DECA	Monitor LCD e/ou LED 24 (23,8")Polegadas Resolução suportada 1920 x 1080; Taxa de atualização: 100Hz; tela antirreflexo com revestimento rígido; Contraste de 1500:1 típica; Proporção da Imagem: 16:9; Brilho: 250 cd/m2 (típico); conectividade: 2 portas HDMI (HDCP1.4) (compatível com FHD 1920 x 1080 a 100 Hz, conforme especificado em HDMI 1.4); Com IPS; 100 - 240 VAC, 50 - 60Hz; Condição de entrega: Novo e de 1º uso; deve ser entregue com cabos de força e de vídeo; 2 alto-falantes integrados de 5 WModelo de referência (Monitor S2425H) Com garantia de no mínimo 1 ano, a partir da data da entrega.	Unidade	75	225	R\$ 1.695,79	R\$ 381.552,75
13	STI	Monitor 25" UltraWide™ Monitor 25 Polegadas Configurações mínimas: Tamanho mínimo: 25 polegadas; Tipo de tela: 21:9 com IPS; Resolução suportada: FULLHD 2560 x 1080; tela antirreflexo com revestimento rígido; Contraste: 1000:1; Brilho: 250cd/m²; sRGB superior a 99%; Cores: mínimo 16 Milhões; Interfaces: mínimo 2 x HDMI, 1 x Fone de ouvido; 25UM58, similar ou superior; Garantia não inferior a 1 ano	Unidade	5	20	R\$ 1.802,24	R\$ 36.044,80
14	STI(05) AGECOM(03)	Monitor 29" UltraWide™ Tamanho e Resolução de 29 polegadas (similar ou superior) com 2560 x 1440 (QHD) ou 3840 x 2160 (4K UHD), painel tipo IPS (In-Plane Switching), Cobertura de 99% sRGB(CIE1931), com conectividade HDMI, DisplayPort ou USB e /ou Thunderbolt 3, com uma porta extra USB; Taxa da atualização: 75Hz; HDR 10; Brilho típico: 300Cd/m²; Profundidade de cor 16 Milhões de cores. 29WK600-W, similar o superior. Garantia não inferior a 1(um) ano.	Unidade	8	40	R\$ 1.861,36	R\$ 74.454,40
		TV ≥ 42" Full HD: Tela					

18	PROEX STI	a 50/60 Hz com conectores de saída tipo NEMA L6-20P ou borne e baterias inclusas. -Deve também dispor de interface ethernet de gerenciamento remoto que permita o monitoramento de temperatura, potências, configuração, ativação e desligamento do equipamento usando um navegador web; - Dois Kit de trilhos (ou parafusos) para fixação em nobreaks em rack; Garantia de 36 meses no modo "On site"..Marca/Modelo de referência: APC SRT3000XLT	Unidade	4	15	R\$ 10.273,10	R\$ 154.096,50
19	STI	Nobreak Tipo 04: TIPO RACK -No-break para rack com 5000 VA (cada), entradas de 220V-230V 50/60Hz, saídas configuráveis para 200V/208V/220V/240V a 50/60 Hz com conectores de saída tipo NEMA L6-20P ou borne e baterias inclusas. -Deve também dispor de interface ethernet de gerenciamento remoto que permita o monitoramento de temperatura, potências, configuração, ativação e desligamento do equipamento usando um navegador web; - Dois Kit de trilhos (ou parafusos) para fixação em nobreaks em rack; Garantia de 36 meses no modo "On site". - Os equipamentos devem ser do mesmo fabricante. Marca/Modelo de referência: APC SRT5KXLT	Unidade	4	15	R\$ 16.849,95	R\$ 252.749,25
20	STI(05)	Nobreak Tipo 04: Deverá possuir interface de rede RJ-45 10/100 para gerenciamento remoto; Deverá possuir console LCD para status e controle do equipamento; Deverá possuir alarme sonoro; Deverá ser totalmente compatível(tipo rack) e montável no rack ofertado, incluindo-se kit de trilhos para montagem; Deverá possuir sensor de temperatura; Deverá possuir potência de no mínimo 10.000 VA / 10.000W. FP 1.0. Deve possuir tempo de autonomia mínimo de 3 minutos à toda carga; Possuir by-pass interno; Deverá incluir o kit de baterias seladas e a prova de vazamento necessário ao perfeito funcionamento da solução; Deverá estar em conformidade com a diretiva RoHS; Deverá possuir as seguintes características de conexões de entrada:	Unidade	2	8	R\$ 23.989,19	R\$ 191.913,52

		Suportar tensão de entrada nominal de de 208V e/ou 220V; Possuir conexão Hard Wire 3-wire (2PH + G); Possuir frequência de entrada auto sensing 40-70 Hz. Deverá possuir as seguintes características de saída: Possuir tensão de 208V e/ou 220V; Possuir duplaconversão online e onda senoidal; Possui 1 (uma) conexãoHard Wire 3-wire (2PH + G); Potência de 10 KVA. A garantia do Nobreak deverá ser de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses. Marca/Modelo de referência: APC SRT10KXLT					
21	Assu(01)	Projektor portátil inteligente, com capacidade de projeção de 30" a 100" de tamanho de tela, ideal para ambientes internos e externos. O dispositivo deve contar com som 360º e ser equipado com funcionalidades de Gaming Hub, permitindo a conexão com plataformas de jogos e transmissão de conteúdo diretamente pelo projetor. Deve possuir conectividade bluetooth para emparelhamento com dispositivos externos, como fones de ouvido ou caixas de som. Deve contar com sistema de operação inteligente, permitindo o acesso a aplicativos e serviços de streaming diretamente no dispositivo. Deve possuir uma excelente qualidade de imagem, com ajuste automático de foco e correção trapezoidal para otimização de projeção em diferentes superfícies. Garantia mínima de 12 meses.	Unidade	1	2	R\$ 2.518,78	R\$ 5.037,56
22	PROPEG(01) PROEX(03) PATU(01) FANAT(05) FAFIC(01) FAFIC(02) FAEF(01) FACS(01) FACEM(04) DIRI(01) DIAAD(01) PROEX-DECA(03)	Tela de Projeção Retrátil Manual. Formato 4:3. Dimensões aproximadas da tela: 2,40m x 1,80m. Mecanismo automatico de enrolamento com parada multiponto. Fixação teto/parede. Caixa externa 100% alumínio com pintura eletrostática de alta resistência.Tela com tecido matt-white lavável e resistente a umidade. Garatia minima de 12 meses.	Unidade	24	48	R\$ 802,16	R\$ 38.503,68
		Projektor multimídia Tipo 01 Descrição mínima: Modo de projeção: Frontal / traseiro / teto; Resolução nativa: 1.920 x 1.080 Pixels; Razão de aspecto: 16:09 e/ou 10; Método de projeção: frontal/traseira/teto; Brilho em cores - Saída de luz colorida: 3.000 lumens					

Termo de Referência 41509600

SF 04410277 001088/2025-87 / pg. 18

23	Assu Caico DIAAD FACEM FACEM FACEM FACEM FACS FAD FAEF FAFIC FANAT FALA FE C.NATAL PATU P. DOS FERROS PROEX PROPEG PROEX-DECA	medido de acordo com IDMS 15.4.; Brilho em branco - Saída de luz branca: 3.000 lumens medido de acordo com o ISO 21118; Razão de contraste: 350:1; Reprodução de cores: Deve alcançar 16 milhões de cores; Conectividade: 1 x HDMI; 1x USB-A; 1x USB-B; 1 x Wireless ou 1 x Módulo sem fio(deve ser do mesmo fabricante) com acesso à serviços Android e outros aplicativos através web ou similar, através de conexão sem fio ou Smart Dongle(do mesmo fabricante do projetor). Deve acompanhar controle remoto + 1 x cabo HDMI e tampa traseira de proteção em caso de inserção do dongle. Garantia mínima de 36(trinta e seis) meses, a contar da data de entrega do equipamento. Modelo de referência: Epson EpiqVision FH-02 Sm art, similar ou superior.	Unidade	40	80	R\$ 4.096,06	R\$ 327.684,80
24	PROPEG(04) PROGEP(01)	Estabilizador de tensão Tensão de entrada: 220 V~, Tomada 10A; Tensão de saída:110 V~, Tomada 10A; Potência mínima: 2KVA; Fator de potência: Mínimo 0,7; Deve obedecer aos seguintes padrões e normas: NBR 14136; Deve fornecer proteção contra surtos de energia, subtensão e sobretensão e desligamento em caso de sobrecarga ou sobreaquecimento; Quantidade mínima de tomadas: 4 tomadas; Garantia não inferior a 1 ano.	Unidade	5	10	R\$ 566,61	R\$ 5.666,10
25	C. NATAL(02)	Scanner Portátil Duplex Colorido. Dimensões do produto: 6.0 X 35.0 X 25.0. Digitalização Frente e Verso (Duplex). Garantia não inferior a 1(um) ano.	Unidade	2	4	R\$ 1.456,11	R\$ 5.824,44
26	FAFIC(01) DICONV(01)	Escaner Epson WorkForce ES-400 IIDuplex Colorido, Capacidade 100 Folhas, USB, Bivolt, PRETO - B11B261201. similar ou superior com garantia mínima de 1(um) ano.	Unidade	2	4	R\$ 3.998,00	R\$ 15.992,00
		Moldura Touch Screen 60" Interativa 20 Toques Dimensões em Polegadas: 60". Tempo de Resposta: 3 ms (único Clique) 7 ms (Toque múltiplo). Função Mouse: (clique único, clique Duplo, botão direito, arrasto e pinça) Substitui totalmente as funções do mouse. Toques: 20 toques					

27	FAFIC(01)	(Simultâneos). Consumo de Energia: 1 W (200 mA DC 5V). Fonte de Alimentação: Cabo USB. Sistema Operacional: Windows, Mac, Linux e Android. Requisitos Mínimos: Requisitos Mínimos do Computador/Mini PC/Notebook: - Processador: Celeron / Memória: 2 GB / capacidade: HD 250 / Entrada: USB Requisitos Mínimos da TV/Monitor: - Possuir borda de pelo menos 2cm para colagem da moldura. - TV/Monitor de mesmo tamanho que a moldura. (polegadas).	Unidade	1	2	R\$ 2.702,28	R\$ 5.404,56
28	PATU(02)	Rack padrão 19" para equipamentos de rede , confeccionado em aço carbono ou alumínio com pintura eletrostática, largura padrão de 19 polegadas conforme norma EIA-310-D. Altura interna operacional de 223 mm e profundidade interna de 315 mm, com dimensões externas de 250 mm de altura, 500 mm de largura e 350 mm de profundidade. Estrutura com perfis de fixação para equipamentos, portas frontal com visor acrílico e fechadura para segurança, laterais removíveis para fácil acesso, ventilação superior com opção para instalação de coolers, passagem para cabos e suporte para régua de tomadas (PDU) e aterramento, garantindo organização e proteção da infraestrutura de TI.	Unidade	2	4	R\$ 1.090,66	R\$ 4.362,64
29	STI	Switch 24 portas ECS4150- 28P EDGECORE. Obs: A necessidade de aquisição dos equipamentos supracitados da forma como foi descrito. Se dá, em virtude da necessidade de padronização de interfaces na UERN, tendo em vista a aquisição anterior de equipamentos de mesma característica/configuração e uso dentro da instituição. Garantia não inferior a 3 anos	Unidade	15	30	R\$ 8.738,44	R\$ 262.153,20
30	STI	Switch 48 portas RJ 45; 1GE and 6-port 25G SFP28 uplink. Deve ser participante da Telecom Infra project, e ter suporte a Open Lan Switching Obs: A necessidade de aquisição dos equipamentos supracitados da forma como foi descrito. Se dá, em virtude da necessidade	Unidade	8	15	R\$ 12.533,76	R\$ 188.006,40

		de padronização de interfaces na UERN, tendo em vista a aquisição anterior de equipamentos de mesma característica/configuração e uso dentro da instituição. Garantia não inferior a 3 anos					
31	STI	Access Point U6 Mesh Pro Unifi. Garantia mínima de 1(um) ano Obs: A necessidade de aquisição dos equipamentos supracitados da forma como foi descrito. Se dá, em virtude da necessidade de padronização de interfaces na UERN, tendo em vista a aquisição anterior de equipamentos de mesma característica/configuração e uso dentro da instituição. Garantia não inferior a 1 ano	Unidade	30	90	R\$ 1.759,60	R\$ 158.364,00
32	STI	Access Point U7 Pro XG Unifi. Obs: A necessidade de aquisição dos equipamentos supracitados da forma como foi descrito. Se dá, em virtude da necessidade de padronização de interfaces na UERN, tendo em vista a aquisição anterior de equipamentos de mesma característica/configuração e uso dentro da instituição. Garantia não inferior a 1 ano	Unidade	30	90	R\$ 1.722,46	R\$ 155.021,40
33	STI	Mini Rack para redes, 19 Polegadas. Mínimo de 9Ux570mm de Parede Para Servidor Data Center Padrão 19", preto; Deve possuir tampa frontal com acrílico e duas chaves com tranca.	Unidade	10	40	R\$ 656,37	R\$ 26.254,80
34	STI	Rack 42U: Deve suportar peso mínimo de 1.000Kg; Altura do Rack de 42U; Largura 19"; Cor do Rack: Preto; com porta frontal telada; Largura máxima: 75 cm; Altura máxima: 200cm; Profundidade Máxima 110cm; Deve acompanhar guia de cabos e Ventilador/Exaustor de teto com no mínimo 4 ventiladores funcionando em 220V; Conformidade de proteção IP20; Rodas de piso (com trava); O Rack deve ser entregue com um Kit Porca-gaiola M5 com Parafuso Cabeça "Panela" padrão fenda cruzada e Arruela Zincada(50 Unidades); Deve ser entregue montado; Garantia mínima de 05 anos, contra defeitos de fabricação.	Unidade	2	4	R\$ 9.842,61	R\$ 39.370,44

35	STI	<p>Servidores DELL : Modelo Servidor Dell PowerEdgeR760xs (Tipo 1) -2x Xeon Gold 6526Y, 1024GB DDR5, 4x SSD 3.84TB, 4x HDD 12TB, Garantia 60 meses. Obs: A necessidade de aquisição dos equipamentos supracitados da forma como foi descrito. Se dá, em virtude da necessidade de padronização de interfaces na UERN, tendo em vista a aquisição anterior de equipamentos de mesma característica/configuração e uso dentro da instituição.</p>	Unidade	1	2	R\$ 158.587,62	R\$ 317.175,24
36	STI	<p>Servidores Storage DELL : PowerVault ME5212 (Controlador duplo ativo, 8x 10Gb iSCSI, 12x HD 3,5" 12 TB, Fonte redundante 580 W, RAID 1/5/6/10, softwares inclusos, Garantia 36 meses). Obs: A necessidade de aquisição dos equipamentos supracitados da forma como foi descrito. Se dá, em virtude da necessidade de padronização de interfaces na UERN, tendo em vista a aquisição anterior de equipamentos de mesma característica/configuração e uso dentro da instituição.</p>	Unidade	1	2	R\$ 150.205,00	R\$ 300.410,00
37	-	<p>- Item exclusivo para microempresas e pequenas empresas (MPEs) conforme Lei Complementar nº 123/2006 - Ref. ao item 01 -</p> <p>Notebook TIPO 01 Processador: 13ª geração Intel® Core™ i7 1355 - similar ou superior considerando realização de benchmark de desempenho, devendo ser o respectivo desempenho igual ou superior ao referenciado. Sistema operacional: Windows 11 Pro, Português. Placa de vídeo: NVIDIA® GeForce® RTX™ 3050, 6GB GDDR6 ou similar. Tela Full HD de 15.6" (1920 x 1080), 120Hz, 250 nits. Memória: Mínimo de 16GB DDR5 (2x8GB) 4800MT/s; Expansível até 32GB (2 slots soDIMM). Armazenamento: Mínimo de SSD de 512GB PCIe NVMe M.2. Teclado funcional numérico e em português, Querty. Portas:1 porta para headset (conjunto de fones de ouvido e microfone), 1 porta Ethernet RJ45(ou adaptador USB/RJ45), 3 portas USB 3.2 de 1ª geração, 1 porta HDMI 2.1, 1 porta USB-C 3.2 de 2ª geração ou similar Câmera HD RGB de 720p/30</p>	unidade	7	15	R\$ 5.015,54	R\$ 75.233,10

		30 fps com microfone único integrado Áudio e alto-falantes: 1 porta para headset (conjunto de fones de ouvido e microfone) Alto-falantes estéreo com Realtek ALC3254, 2 de 2,5 W (ou similar) Wireless. Intel® Wi-Fi 6 AX201, 2x2, 802.11ax, placa de rede wireless com Bluetooth® (ou similar);. Bateria principal: Bateria de 3 células e 56 Wh (integrada) - ou similar. Energia: Adaptador CA 240 Watts (Bivolt) - ou similar					
38	-	<p>- Item exclusivo para microempresas e pequenas empresas (MPEs) conforme Lei Complementar nº 123/2006 - Ref. ao item 02 -</p> <p>Notebook Sistema operacional: Windows 11 PRO;Intel® Core™ Ultra 7 Processor 155H Gráficos: Gráficos Intel® ARC™; Memória: 16GB Dual Channel, 7467 MHz LPDDR5X; Armazenamento: 1TB PCIe Gen 4.2; Bateria: 65Wh; Rapid Charge Boost: 15 minutos para 2 horas. Áudio Alto-falantes: 4 alto-falantes com áudio Dolby Atmos®; Câmera: FHD webcam; IR camera; Camera shutter; Microfones: 4 microfones com Voice ID. Conectividade Portas/Slots Esquerda: 2 USB-C Thunderbolt™ 4; HDMI 2.1; Direita: USB-A 3.2; Combinação de fone de ouvido/microfone. Sem fio Wi-Fi: Wi-Fi 6E*; Bluetooth®: 5.3. A operação do Wi-Fi 6E de 6 GHz depende do suporte do sistema operacional, roteadores/APs/gateways compatíveis com Wi-Fi 6E, bem como das certificações regulatórias regionais e alocação de espectro. Design Display: 14" (1920 x 1200), 60 Hz, 16:10, WUXGA OLED, 400 nits, 100% P3, Dolby Vision®, certificação TÜV Low Blue Light, certificação Eyesafe, fosco; Dimensões (A x L x P): 14,9 mm x 312 mm x 221 mm / 0,59" x 12,28" x 8,7"; Peso: A partir de 1,39 kg / 3,06 lbs; Cor: Cinza. Sustentabilidade, Certificações e Registros Embalagem: Sem plástico; Registro: EPEAT® Gold; Classificação: ENERGY STAR®; Resistência: MIL-STD 810H.</p>	unidade	15	46	R\$ 6.011,41	R\$ 276.524,86
		— Item exclusivo para microempresas e					

Computador Tipo 1.

Computador desktop de uso corporativo, novo e sem uso anterior; não será aceito equipamento do tipo mini desktop ou micro desktop.

Processador: 64 Bits Intel i5 ou superior(14ª Geração ou mais recente) ou AMD Ryzen 3 ou superior(geração 8000 ou mais recente) Cache L3 ou Smartcache de, no mínimo 12MB. Deverá possuir suporte para barramento DDR5 ou superior. O processador deverá ser acompanhado por cooler compatível com o mesmo, com potência suficiente para resfriamento padrão. Deverá ser aplicada pasta térmica se o fabricante do processador assim o recomendar. Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo do processador ofertado. Clock Máximo de 4.40 GHz ou superior, podendo ser aferido nos núcleos de performance e em carga total.

Placa Mãe: Fabricação própria e compatível com o modelo ofertado. Não deve ser produzida em regime de OEM. Chip de segurança TPM versão 2.0 (ou superior) integrado para criptografia. Possuir dois slots padrão PCIE M.2 GEN 4 ou superior para discos NVME. Deve possuir slots e conexões para os dispositivos elencados neste termo de referência. Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo da placa mãe ofertada a ser fornecida.

Chipset: Deverá possuir suporte a expansão de memória de, no mínimo, 32 GB em dual channel ou superior; Deverá possuir suporte de memória do tipo: DDR5 4800 MHz ou barramento superior. Suporte a controladora de disco padrão NVME. Possuir suporte a configurações de memória de canal duplo (dual channel memory) para um melhor desempenho.

Memória 16 GB RAM DDR5 ou Superior. Deve possuir 01(um) módulo de 16 GB RAM. Memória ram (Random Access Memory) DDR5 4800 MHz ou superior. A memória não pode ser soldada diretamente na placa mãe.

BIOS: Possibilidade de proteção da configuração por meio de senha (password) contida na própria memória de

motherboard. A BIOS uefi deverá estar gravada em memória do tipo "flash" ou equivalente que permita a sua fácil atualização diretamente através do microcomputador, sem a necessidade de remoção ou apagamento (como no caso das Eprom). A configuração da máquina deverá ser alterável e mantida através de bateria (recarregável ou não) ou método equivalente (memória flash, eprom ou outra solução similar) montada sobre a própria motherboard. A bios UEFI deverá permitir atualização via software. Caso haja interrupção da energia durante a atualização, a bios deverá ser recuperada automaticamente para versão anterior ou ser possível recuperá-la online através de solução ofertada pelo fabricante, não podendo ser o equipamento inutilizado. As atualizações da bios uefi deverão ser disponibilizadas, através do site www ou ftp do fabricante da placa mãe. Assas atualizações, se ocorrerem, deverão ser gratuitas. suporte para o modo de economia de energia. Suporte ao sistema de gerenciamento dmi (desktop management interface) em sua v.2.0 ou mais recente. Deverá ter suporte ao idioma inglês e/ou português. Deverá ser fornecida solução que permita salvar as configurações de bios do equipamento em um arquivo executável/script para distribuição da configuração para equipamentos da mesma marca/modelo, independente de senha;

Slots e portas de comunicação: portas usb; Mínimo de 06 (seis) portas usb; uma porta usb 3.2 tipo-c frontal. Não será permitido uso de "hub" usb externo. Conectores de áudio (line-in, line-out, mic in), sendo permitido conector combo (line-out, mic-in).

Portas de vídeo: Mínimo de 02 (duas) portas de vídeo: 01 (uma) porta padrão hdmi; 01 (uma) porta padrão vga; Não será aceito adaptador para o padrão VGA;

Deverá possuir 2 (dois) slots PCIE Gen 4 ou superior para conexão unidade de estado sólido padrão m.2 nvme.

Controladora de disco: Controladora de unidade de discos padrão PCIE M.2 NVME;

Interface de vídeo: Memória gráfica de, no mínimo, 256 mb com alocação dinâmica de

39	memória ram. Resolução gráfica analógica de: 1920 x 1080 pixels ou superior. Suporte a directx versão 12 ou superior. Unidade de armazenamento: Unidade de estado sólido M.2 NVME de, no mínimo, 256 GB, velocidade de escrita e leitura superior a 2000MB/s; Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo do disco rígido. Interface de rede: 01 (uma) interface de rede gigabit, com total compatibilidade com rede ethernet - padrões ieee 802.2 e 802.3. taxa de transmissão de 10mbps-half duplex, 10mbps-full duplex/100mbps- half duplex, 100MBPS full duplex e 1000MBPS full duplex (gigabit). Barramento de sistema para comunicação, tipo pci-express, podendo ser interno ao chipset ou placa mãe, dispensado o uso de slot PCIE. Suporte a função wake on lan. Interface de som: "on-board", padrão plug-and-play. O equipamento deve possuir alto-falante interno capaz de reproduzir sons do sistema operacional; Mouse: mouse óptico, compatível com o microsoft mouse, com pelo menos 1600 dpi de sensibilidade, com 2 (dois) botões e rolete emborrachado de scroll, em conector usb, compatível com a interface ofertada na motherboard do equipamento. tapete (mousepad) para mouse. cor predominante preta. Não será aceito mouse tipo mini. Teclado: Compatível com o teclado ibm-pc/at, com layout abnt2. com, no mínimo, 101 teclas, padrão qwerty; teclas alfanuméricas, de função (f1 a f12), numéricas e de movimentação de cursor independentes. com conector usb compatível com a interface ofertada na motherboard do equipamento. com possibilidade de ajuste da inclinação. Com indicadores (led's) de num lock, caps lock e scroll lock. Cor predominante preta. Gabinete: Padrão micro-pc possuir local para uso de cadeado ou lacre para evitar acessos indevidos ao interior do gabinete. Possuir botão liga/desliga frontal com função dupla: liga/desliga e standby/sleep. Possuir indicadores liga/desliga e disco rígido na parte frontal. Cor preta. Fonte de alimentação: Tensão de entrada de 100 - 240 volts automática.	unidade	53	106	R\$ 5.505,03	R\$ 583.533,18
----	---	---------	----	-----	--------------	----------------

com proteção contra
variação de tensão na
rede.

Softwares: Licença de uso
de software individual por
microcomputador

**Windows 11 pro original
64 bits instalado, em**

português, A chave da
licença (bios oem key) do
sistema operacional
microsoft windows deverá
estar gravada na bios do
equipamento. deverá ser
fornecida solução para
reinstalação do sistema
operacional. serão aceitas
as seguintes soluções:
disco usb que instale o
sistema operacional e
drivers do equipamento
com proteção de gravação.
deverá ser entregue uma
unidade para cada 5
equipamentos, sendo no
mínimo duas unidades por
local de entrega. solução
de reinstalação do sistema
operacional e drivers
acessível através da bios
do equipamento com
conexão à internet, sem
necessidade de disco usb
externo. **Garantia**

**mínima de 03 anos com
as seguintes**

características: O
período de garantia será
contado a partir da data da
emissão do termo de aceite
final dos equipamentos,
não inferior a 03 (três)
anos, sendo os
atendimentos prestados no
local de instalação e
utilização dos
computadores no
município de campinas.
caso a empresa
proponente ofereça prazo
de garantia superior ao
exigido no item acima,
deverá indicá-lo na
proposta. A garantia,
suporte técnico e a
manutenção de hardware
dos equipamentos serão de
responsabilidade da
fabricante, abrangendo a
solução de problemas
ocasionados pelo mau
funcionamento e defeitos
apresentados, sendo
responsáveis pelo reparo e
substituição de peças
defeituosas por outra nova,
de performance
equivalente ou superior.
Durante o período de
garantia, a manutenção de
hardware dos
equipamentos e
dispositivos que integram
o equipamento, inclusive
teclado e mouse, será de
responsabilidade da
fabricante dispondo do
prazo máximo de 05
(cinco) dias úteis para a
solução do problema,
contados da abertura do
chamado. Em caso de
identificação de problemas
generalizados de
hardware, tais como
defeitos de fabricação,
incompatibilidade de
drivers, entre outros, a
fabricante deverá

providenciar a correção do problema em até 05 (cinco) dias úteis contados do registro da ocorrência ou substituição em até 07 (sete) dias úteis. Caso algum equipamento apresente reincidência de problemas, a contratante poderá exigir sua substituição, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data do registro da segunda ocorrência. A contratada deverá indicar o canal de atendimento da assistência técnica a ser prestado pela fabricante. Os chamados para solução de problemas com os equipamentos deverão receber um número para acompanhamento do usuário e deverão ter a resolução em até 3 dias úteis, com atendimento no local de trabalho do servidor público. durante o período de garantia a contratante poderá abrir e substituir os componentes internos (ex.: placas pci, disco, memória, etc) sem perda da garantia do equipamento, sem autorização do fabricante. neste caso, a garantia será restringida apenas aos itens fornecidos pelo fabricante. a garantia deverá possuir atendimento remoto telefônico com técnicos especializados das 8:00 às 20:00 para abertura de chamado e diagnóstico remoto. caso o problema não seja resolvido remotamente, o atendimento deverá ocorrer no local de instalação dos equipamentos em dias úteis das 8:00 às 18:00. deverá ser fornecida solução que permita acompanhar e distribuir a atualização de drivers, firmwares e bios de forma centralizada para gerenciamento da política de segurança e atualização; deverá ser fornecido portal com acesso seguro que permita aos técnicos da FUERN, abertura de chamados em garantia de forma on-line e acompanhamento, sem a necessidade de ligação telefônica\call center; Deverá ser fornecida solução que permita medir o histórico de uso dos componentes do equipamento como memória, disco, processador e identificar softwares utilizados e que impactam na performance do equipamento.

— Item exclusivo para microempresas e pequenas empresas (MPes) conforme Lei Complementar nº

Computador desktop de uso corporativo, novo e sem uso anterior; não será aceito equipamento do tipo mini desktop ou micro desktop.

Processador: 64 Bits Intel i7 14700 ou superior (14ª Geração ou mais recente) ou similar, considerando realização de benchmark de desempenho, devendo ser o respectivo desempenho igual ou superior ao referenciado; Deverá possuir suporte para barramento DDR5 ou superior. O processador deverá ser acompanhado por cooler compatível com o mesmo, com potência suficiente para resfriamento padrão. Deverá ser aplicada pasta térmica se o fabricante do processador assim o recomendar. Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo do processador ofertado. Clock Máximo de 4.40 GHz ou superior, podendo ser aferido nos núcleos de performance e em carga total.

Placa Mãe: Fabricação própria e compatível com o modelo ofertado. Não deve ser produzida em regime de oem. Chip de segurança TPM versão 2.0 (ou superior) integrado para criptografia. Possuir dois slots padrão PCIE M.2 GEN 4 ou superior para discos NVME. Deve possuir slots e conexões para os dispositivos elencados neste termo de referência. Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo da placa mãe ofertada a ser fornecida.

Chipset: Deverá possuir suporte a expansão de memória de, no mínimo, 32 gb em dual channel ou superior; Deverá possuir suporte de memória do tipo: DDR5 4800 MHz ou barramento superior. Suporte a controladora de disco padrão NVME. Possuir suporte a configurações de memória de canal duplo (dual channel memory) para um melhor desempenho.

Memória 32 GB RAM DDR5 ou Superior. Deve possuir 02 (dois) módulos de 16 GB RAM. Memória ram (random access memory) DDR5 ou superior. A memória não pode ser soldada diretamente na placa mãe.

BIOS: Possibilidade de proteção da configuração por meio de senha (password) contida na própria memória de configuração da motherboard. A BIOS uefi

deverá estar gravada em

memória do tipo "flash" ou equivalente que permita a sua fácil atualização diretamente através do microcomputador, sem a necessidade de remoção ou apagamento (como no caso das Eprom). A configuração da máquina deverá ser alterável e mantida através de bateria (recarregável ou não) ou método equivalente (memória flash, eprom ou outra solução similar) montada sobre a própria motherboard. A bios uefi deverá permitir atualização via software. Caso haja interrupção da energia durante a atualização, a bios deverá ser recuperada automaticamente para versão anterior ou ser possível recuperá-la online através de solução ofertada pelo fabricante, não podendo ser o equipamento inutilizado. As atualizações da bios uefi deverão ser disponibilizadas, através do site www ou ftp do fabricante da placa mãe. Assas atualizações, se ocorrerem, deverão ser gratuitas. suporte para o modo de economia de energia. Suporte ao sistema de gerenciamento dmi (desktop management interface) em sua v.2.0 ou mais recente. Deverá ter suporte ao idioma inglês e/ou português. Deverá ser fornecida solução que permita salvar as configurações de bios do equipamento em um arquivo executável/script para distribuição da configuração para equipamentos da mesma marca/modelo, independente de senha;

Slots e portas de comunicação: portas usb; Mínimo de 06 (seis) portas usb; uma porta usb 3.2 tipo-c frontal. Não será permitido uso de "hub" usb externo. Conectores de áudio (line-in, line-out, mic in), sendo permitido conector combo (line-out, mic-in).

Placa de vídeo: Nvidia RTX 2000 Ada, 16 GB GDDR6, 4 adaptadores mDP para DP, similar ou superior. Parte frontal deve possuir um slot para cartão SD;

Deverá possuir 2 (dois) slots PCIE Gen 4 ou superior para conexão unidade de estado sólido padrão m.2 nvme.

Controladora de disco: Controladora de unidade de discos padrão PCIE M.2 NVME;

Interface de vídeo: Memória gráfica de, no mínimo, 256 mb com alocação dinâmica de memória ram. Resolução gráfica analógica de 1920

40	<p>x 1080 pixels ou superior. Suporte a directx versão 12 ou superior. Unidade de armazenamento: SSD de 1TB PCIe NVMe M.2 (Classe 40); Na proposta escrita, deverão ser informados a marca e o modelo do disco rígido. Interface de rede: 01 (uma) interface de rede gigabit, com total compatibilidade com rede ethernet - padrões ieee 802.2 e 802.3. taxa de transmissão de 10mbps-half duplex, 10mbps-full duplex/100mbps- half duplex, 100MBPS full duplex e 1000MBPS full duplex (gigabit). Barramento de sistema para comunicação, tipo pci-express, podendo ser interno ao chipset ou placa mãe, dispensado o uso de slot PCIE. Suporte a função wake on lan. Interface de som: "on-board", padrão plug-and-play. O equipamento deve possuir alto-falante interno capaz de reproduzir sons do sistema operacional; Mouse: mouse óptico, compatível com o microsoft mouse, com pelo menos 1600 dpi de sensibilidade, com 2 (dois) botões e rolete emborrachado de scroll, em conector usb, compatível com a interface ofertada na motherboard do equipamento. tapete (mousepad) para mouse. cor predominante preta. Não será aceito mouse tipo mini. Teclado: Compatível com o teclado ibm-pc/at, com layout abnt2. com, no mínimo, 101 teclas, padrão qwerty; teclas alfanuméricas, de função (f1 a f12), numéricas e de movimentação de cursor independentes. com conector usb compatível com a interface ofertada na motherboard do equipamento. com possibilidade de ajuste da inclinação. Com indicadores (led's) de num lock, caps lock e scroll lock. Cor predominante preta. Gabinete: Padrão micro-pc possuir local para uso de cadeado ou lacre para evitar acessos indevidos ao interior do gabinete. Possuir botão liga/desliga frontal com função dupla: liga/desliga e standby/sleep. Possuir indicadores liga/desliga e disco rígido na parte frontal. Cor preta. Fonte de alimentação: Tensão de entrada de 100 - 240 volts automática, com proteção contra variação de tensão na rede. Softwares: Licença de uso de software individual por</p>	unidade	3	10	R\$ 15.257,90	R\$ 152.579,00
----	--	---------	---	----	---------------	----------------

microcomputador windows 11 pro original 64 bits instalado, em português, elegível para downgrade para windows 10 pro. a chave da licença (bios oem key) do sistema operacional microsoft windows deverá estar gravada na bios do equipamento. deverá ser fornecida solução para reinstalação do sistema operacional. serão aceitas as seguintes soluções: disco usb que instale o sistema operacional e drivers do equipamento com proteção de gravação. deverá ser entregue uma unidade para cada 5 equipamentos, sendo no mínimo duas unidades por local de entrega. solução de reinstalação do sistema operacional e drivers acessível através da bios do equipamento com conexão à internet, sem necessidade de disco usb externo. **Garantia mínima de 03 anos com as seguintes características:** O período de garantia será contado a partir da data da emissão do termo de aceite final dos equipamentos, não inferior a 03 (três) anos, sendo os atendimentos prestados no local de instalação e utilização dos computadores no município de campinas. caso a empresa proponente ofereça prazo de garantia superior ao exigido no item acima, deverá indicá-lo na proposta. A garantia, suporte técnico e a manutenção de hardware dos equipamentos serão de responsabilidade da fabricante, abrangendo a solução de problemas ocasionados pelo mau funcionamento e defeitos apresentados, sendo responsáveis pelo reparo e substituição de peças defeituosas por outra nova, de performance equivalente ou superior. Durante o período de garantia, a manutenção de hardware dos equipamentos e dispositivos que integram o equipamento, inclusive teclado e mouse, será de responsabilidade da fabricante dispondo do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a solução do problema, contados da abertura do chamado. Em caso de identificação de problemas generalizados de hardware, tais como defeitos de fabricação, incompatibilidade de drivers, entre outros, a fabricante deverá providenciar a correção do problema em até 05 (cinco) dias úteis contados

do registro da ocorrência ou substituição em até 07 (sete) dias úteis. Caso algum equipamento apresente reincidência de problemas, a contratante poderá exigir sua substituição, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data do registro da segunda ocorrência. A contratada deverá indicar o canal de atendimento da assistência técnica a ser prestado pela fabricante. Os chamados para solução de problemas com os equipamentos deverão receber um número para acompanhamento do usuário e deverão ter a resolução em até 3 dias úteis, com atendimento no local de trabalho do servidor público. Durante o período de garantia a contratante poderá abrir e substituir os componentes internos (ex.: placas pci, disco, memória, etc) sem perda da garantia do equipamento, sem autorização do fabricante, neste caso, a garantia será restringida apenas aos itens fornecidos pelo fabricante. a garantia deverá possuir atendimento remoto telefônico com técnicos especializados das 8:00 às 20:00 para abertura de chamado e diagnóstico remoto. caso o problema não seja resolvido remotamente, o atendimento deverá ocorrer no local de instalação dos equipamentos em dias úteis das 8:00 às 18:00. deverá ser fornecida solução que permita acompanhar e distribuir a atualização de drivers, firmwares e bios de forma centralizada para gerenciamento da política de segurança e atualização; deverá ser fornecido portal com acesso seguro que permita aos técnicos da FUERN, abertura de chamados em garantia de forma on-line e acompanhamento, sem a necessidade de ligação telefônica\call center; Deverá ser fornecida solução que permita medir o histórico de uso dos componentes do equipamento como memória, disco, processador e identificar softwares utilizados e que impactam na performance do equipamento;

— Item exclusivo para microempresas e pequenas empresas (MPEs) conforme Lei Complementar nº 123/2006 - **Ref. ao item 12 —**

41	-	<p>Monitor LCD e/ou LED 24 (23,8") Polegadas Resolução suportada 1920 x 1080; Taxa de atualização: 100Hz; tela antirreflexo com revestimento rígido; Contraste de 1500:1 típica; Proporção da Imagem: 16:9; Brilho: 250 cd/m2 (típico); conectividade: 2 portas HDMI (HDCP1.4) (compatível com FHD 1920 x 1080 a 100 Hz, conforme especificado em HDMI 1.4); Com IPS; 100 - 240 VAC, 50 - 60Hz; Condição de entrega: Novo e de 1º uso; deve ser entregue com cabos de força e de vídeo; 2 alto-falantes integrados de 5 W Modelo de referência (Monitor S2425H) Com garantia de no mínimo 1 ano, a partir da data da entrega.</p>	unidade	25	75	R\$ 1.695,79	R\$ 127.184,25
42	-	<p>— Item exclusivo para microempresas e pequenas empresas (MPEs) conforme Lei Complementar nº 123/2006 - Ref. ao item 18 —</p> <p>Nobreak Tipo 03 senoidal de potência mínima 3000 VA. entradas de 220V-230V 50/60Hz, saídas configuráveis para 200V/208V/220V/240V a 50/60 Hz com conectores de saída tipo NEMA L6-20P ou borne e baterias inclusas. -Deve também dispor de interface ethernet de gerenciamento remoto que permita o monitoramento de temperatura, potências, configuração, ativação e desligamento do equipamento usando um navegador web; - Dois Kit de trilhos (ou parafusos) para fixação em nobreaks em rack; Garantia de 36 meses no modo "On site"..Marca/Modelo de referência: APC SRT3000XLT</p>	unidade	1	5	R\$ 10.273,10	R\$ 51.365,50
43	-	<p>— Item exclusivo para microempresas e pequenas empresas (MPEs) conforme Lei Complementar nº 123/2006 - Ref. ao item 19 —</p> <p>Nobreak Tipo 04: TIPO RACK -No-break para rack com 5000 VA (cada), entradas de 220V-230V 50/60Hz, saídas configuráveis para 200V/208V/220V/240V a 50/60 Hz com conectores de saída tipo NEMA L6-20P ou borne e baterias inclusas. -Deve também dispor de interface ethernet de gerenciamento remoto que permita o monitoramento</p>	unidade	1	5	R\$ 16.849,95	R\$ 84.249,75

		detemperatura, potências, confi guração, ativação e desligamento do equipamento usando um navegador web; - Dois Kit de trilhos (ou parafusos) para fi xação em de nobreaks em rack; Garantia de 36 meses no modo "On site". - Os equipamentos devem ser do mesmo fabricante. Marca/Modelo de referência: APC SRT5KXLT					
44	-	<p>— Item exclusivo para microempresas e pequenas empresas (MPEs) conforme Lei Complementar nº 123/2006 - Ref. ao item 23—</p> <p>Projektor multimídia Tipo 01 Descrição mínima: Modo de projeção: Frontal / traseiro / teto; Resolução nativa: 1.920 x 1.080 Pixels; Razão de aspecto: 16:09 e/ou 10; Método de projeção: frontal/traseira/teto; Brilho em cores - Saída de luz colorida: 3.000 lumens medido de acordo com IDMS 15.4.; Brilho em branco - Saída de luz branca: 3.000 lumens medido de acordo com o ISO 21118; Razão de contraste: 350:1; Reprodução de cores: Deve alcançar 16 milhões de cores; Conectividade: 1 x HDMI; 1x USB-A; 1x USB-B; 1 x Wireless ou 1 x Módulo sem fio(deve ser do mesmo fabricante) com acesso à serviços Android e outros aplicativos através web ou similar, através de conexão sem fio ou Smart Dongle(do mesmo fabricante do projetor). Deve acompanhar controle remoto + 1 x cabo HDMIE tampa traseira de proteção em caso de inserção do dongle. Garantia mínima de 36(trinta e seis) meses, a contar da data de entrega do equipamento. Modelo de referência: Epson EpiqVision FH-02 Smart, similar ou superior.</p>	unidade	13	26	R\$ 4.096,06	R\$ 106.497,56
45	-	<p>— Item exclusivo para microempresas e pequenas empresas (MPEs) conforme Lei Complementar nº 123/2006 - Ref. ao item 29 —</p> <p>Switch 24 portas ECS4150- 28P EDGECORE. Obs: A necessidade de aquisição dos equipamentos supracitados da forma como foi descrito. Se dá, em virtude da necessidade de padronização de interfaces na UERN, tendo em vista a aquisição</p>	unidade	5	10	R\$ 8.738,44	R\$ 87.384,40

		anterior de equipamentos de mesma característica/configuração e uso dentro da instituição. Garantia não inferior a 3 anos.					
46	-	<p>– Item exclusivo para microempresas e pequenas empresas (MPEs) conforme Lei Complementar nº 123/2006 - Ref. ao item 30 –</p> <p>Switch 48 portas RJ 45: 1GE and 6-port 25G SFP28 uplink. Deve ser participante da Telecom Infra project, e ter suporte a Open Lan Switching Obs: A necessidade de aquisição dos equipamentos supracitados da forma como foi descrito. Se dá, em virtude da necessidade de padronização de interfaces na UERN, tendo em vista a aquisição anterior de equipamentos de mesma característica/configuração e uso dentro da instituição. Garantia não inferior a 3 anos.</p>	unidade	2	05	R\$ 12.533,76	R\$ 62.668,80
47	-	<p>– Item exclusivo para microempresas e pequenas empresas (MPEs) conforme Lei Complementar nº 123/2006 - Ref. ao item 31 –</p> <p>Access Point U6 Mesh Pro Unifi. Garantia mínima de 1(um) ano Obs: A necessidade de aquisição dos equipamentos supracitados da forma como foi descrito. Se dá, em virtude da necessidade de padronização de interfaces na UERN, tendo em vista a aquisição anterior de equipamentos de mesma característica/configuração e uso dentro da instituição. Garantia não inferior a 1 ano</p>	unidade	10	30	R\$ 1.759,60	R\$ 52.788,00
48	-	<p>– Item exclusivo para microempresas e pequenas empresas (MPEs) conforme Lei Complementar nº 123/2006 - Ref. ao item 32 –</p> <p>Access Point U7 Pro XG Unifi. Obs: A necessidade de aquisição dos equipamentos supracitados da forma como foi descrito. Se dá, em virtude da necessidade de padronização de interfaces na UERN, tendo em vista a aquisição anterior de equipamentos de mesma característica/configuração e uso dentro da instituição. Garantia não inferior a 1 ano</p>	unidade	10	30	R\$ 1.722,46	R\$ 51.673,80

A quantidade mínima estabelecida para fins de registro de preços também é o quantitativo mínimo previsto para cada contrato/solicitação oriundo da Ata de Registro de Preços (art. 164, §6º, Decreto Estadual nº 32.449/2023).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contado da publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que respeitado o disposto no Artigo 179 e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 32.449/2023, do Rio Grande do Norte.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um ano) contado da publicação do contrato, não cabendo prorrogação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei nº 14.133, de 2021, a fundamentação da contratação é realizada mediante "referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas". No mesmo sentido é a previsão do art. 9º, inciso II, da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 sob o código 925543-40/2026, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas conforme link <https://pncp.gov.br/app/pca/08258295000102/2026>, bem como no portal da instituição no link de acesso: <https://portal.uern.br/acessoainformacao/planejamento/>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os equipamentos devem atender aos requisitos inseridos no item 20 (ODS 7,9,12,13 e 17) do "Guia de Contratações Sustentáveis", 8º Ed. Ano. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_guiu_final_para_cop30.pdf

Indicação de Marcas ou Modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação dos itens de marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas nos respectivos itens especificados na Tabela 1.1 acima.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3.1. A vedação à subcontratação se justifica por se tratar de contratação que objetiva a aquisição de itens de grande necessidade técnica. Permitir a subcontratação, total ou parcial, enfraqueceria a garantia da execução do contrato, por transferir a terceiros a obrigação, e poderia gerar conflitos de interesse ou falhas de fiscalização.

Garantia da Contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1. Será dispensada a exigência de garantia contratual, visto que a mesma poderá restringir a competitividade, inviabilizando a participação de outros licitantes que não possuam grande quantidade de valores em caixa para prestar a referida garantia, apesar de possuírem condições de fornecer o objeto desta contratação. Sendo importante pontuar ainda que a Administração possui outros meios para minorar os prejuízos advindos da inexecução parcial ou total dos contratos celebrados; bem como de aplicar as sanções e penalidades previstas na lei.

4.5. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.6. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.6.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.6.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.6.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Da requisição Mínima

4.7. Não serão admitidas propostas apenas para a requisição mínima; devendo a mesma, obrigatoriamente, contemplar o total solicitado por item.

Da vedação da Adesão

4.8. Não será permitida a adesão de outros órgãos a esse registro de preços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias após o envio da Ordem de compra emitida pelo setor responsável.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da FUERN, no seguinte endereço: Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 59619-000.

5.2.1. Para a entrega dos bens, o Contratado deverá encaminhar e-mail antecipadamente ao almoxarifado central através do seguinte endereço eletrônico: "almoxarifado@uern.br".

5.3. Serão aceitos apenas itens novos, de primeiro uso.

5.4. O fornecedor deverá disponibilizar toda a logística necessária para a entrega dos equipamentos dentro do prazo estipulado neste e em outros documentos contratuais.

5.5. Outros requisitos estão detalhados na lista de especificações.

5.6. As dúvidas sobre as especificações, conteúdo e demais aspectos que se refiram aos itens das aquisições deverão ser dirimidas junto à PROAD, no e-mail "dlc@uern.br" e "scd.dis@uern.br".

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de outro prazo individualmente estipulado para aquele objeto conforme descrição do item na Tabela 1.1 acima.

5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.15. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. Além do disposto nesta Sessão, o(s) fiscal (is) de contrato deverão observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.18. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.25. Além do disposto nesta Sessão, o gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Multa

7.2.4. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.5. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.5.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas,

conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.6. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.9. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até XXXXX (XXX) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de Pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas

exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.31. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/01/2026.

8.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI, calculado pelo IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.33.1. O reajuste com base no Índice de Custo da Tecnologia da Informação - (ICTI), visa manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados na área de Tecnologia da Informação. O respectivo índice reflete a variação dos custos específicos do setor de Tecnologia sendo a mais indicada para a aquisição inserta neste processo.

8.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, conforme id 38812822

Forma de Fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será aquele valor indicado na Tabela 1.1 alcançado por meio de regular pesquisa de preços id 38771342.

Exigências de Habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. A escolha dos critérios acima foi feita considerando o vulto e a complexidade do objeto a ser contratado, bem como a natureza dos bens e a essencialidade dos serviços a serem prestados, e os riscos decorrentes da paralisação do fornecimento ou prestação dos serviços, em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar vicissitudes contratuais, vislumbrando ainda a margem de discricionariedade da Administração em que somente pode trazer ao certame exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (Inciso XXI, do Artigo 37 da CF/88); a fim de respeitar ainda o princípio da competitividade.

Qualificação Técnica

9.25. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.26. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.27. A motivação da exigência dessa qualificação técnica é uma medida preventiva que visa assegurar a capacidade do licitante em executar o objeto da licitação conforme as condições específicas do local e as exigências contratuais, contribuindo para a qualidade, a segurança e o sucesso do objeto contratado.

Disposições Gerais Sobre Habilitação

9.28. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 8.366.893,88 (oito milhões, trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1. acima, extraídos da Pesquisa de Preços id 38771342.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da FUERN e a dotação é dispensada por força do artigo 164, §5º, Decreto Estadual nº 32.449/2023

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes quando da contratação.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Vânia Meyreli Paloma Mendes dos Santos

Chefe do Setor de Planejamento da Diretoria de Licitações e Contratos

Portaria Nº 1277/2026-GP/FUERN - TNM - Matrícula 13.145-8



Documento assinado eletronicamente por **Vania Meyreli Paloma Mendes dos Santos, Agente Técnico(a) Especializado(a) da Unidade**, em 22/05/2026, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41509600** e o código CRC **0C159BA6**.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 04410277.001088/2025-87

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN

ESTUDOS PRELIMINARES

Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º: O estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a

1. Dados do Processo:

Órgão Responsável pela Contratação:	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI / UERN
Objeto:	Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática para toda a instituição.
Local da entrega ou prestação do serviço:	Almoxarifado Central da Uern. Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 5
Nº do Processo:	Processo SEI-UERN: 04410277.001088/2025-87

2. Necessidade da contratação

- A aquisição de equipamentos tecnológicos para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) configura-se como uma ação estratégica voltada à nas Unidades Acadêmicas da instituição. Essa iniciativa tem por objetivo fortalecer as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, respondendo de forma as necessidades foram levantadas por meio do "Orçamento Participativo 2026", demonstrando o envolvimento ativo da comunidade universitária na identificação
- Dada a variedade e o volume de equipamentos demandados, a adoção do sistema de registro de preços mostra-se como a solução mais eficaz e vantajosa. Essa adequadas sob os aspectos técnico e econômico, com maior celeridade, transparência e flexibilidade. Além disso, a padronização das especificações técnicas f uniformidade e maior eficiência na utilização dos recursos, o que contribui para a sustentabilidade e robustez da infraestrutura de TI.
- Neste contexto, a modernização do parque tecnológico constitui-se como uma prioridade institucional inadiável. Trata-se de um investimento fundamental pa acadêmica da UERN e responder às transformações de um cenário educacional cada vez mais digitalizado. A renovação dos recursos tecnológicos permite a ac remoto, além de viabilizar a integração de plataformas digitais que otimizam processos administrativos e acadêmicos.
- Além do impacto direto nas atividades de ensino, a melhoria da infraestrutura tecnológica é crucial para o fortalecimento da pesquisa científica e das ações de computacional, como análise de dados, inteligência artificial, automação e simulações complexas. O acesso a tecnologias avançadas amplia a capacidade da U sociedade. No plano administrativo, os ganhos também são relevantes: maior eficiência operacional, segurança da informação e automação de rotinas contrib desafios do ensino superior contemporâneo.
- Em síntese, o investimento proposto em tecnologia visa não apenas atender às demandas imediatas da comunidade universitária, mas também consolidar o p inovação e desenvolvimento regional.

3. Referência ao Plano Anual de Contratações, entre outros documentos institucionais (PDI, PPA, etc)

- A Superintendência de Tecnologia da Informação - STI elaborou o Documento de Formalização de Demanda - DFD, considerando a necessidade explicitada no Processo SEI-referido processo e consequente atendimento ao Orçamento Participativo 2026, para Itens de tecnologia da informação na UERN, conforme PCA 2026 (925543-40/2026)
- Assim, os serviços elencados no DFD e ETP, estão previstos no PDI, conforme Meta (A) inserida na DIRETRIZ II do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/UERN ([PDI](#))

4. Requisitos da Contratação:

Serão aceitos apenas itens novos, de primeiro uso. O fornecedor deverá disponibilizar toda a logística necessária para a entrega dos equipamentos dentro do prazo detalhados na lista de especificações.

4.1. Natureza da Contratação:

Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII da lei 14.133 - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de de meio de especificações usuais de mercado.

4.2. Duração Inicial do Contrato e da Ata:

A duração dos contratos será de até 1 (um) ano, contado da publicação, adstrito ao exercício financeiro em que for celebrado, e deverão ser observadas, no momento da contratação. O prazo de vigência da **Ata de Registro** de preços será de 1 (um) ano, contado da publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o p. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde nº 32.449/2023, do Rio Grande do Norte.

4.3. Sustentabilidade:

Os equipamentos devem atender aos requisitos inseridos no item 20 (ODS 7,9,12,13 e 17) do "Guia de Contratações Sustentáveis", 8º Ed. Ano. 2025. Disponível em: [conteudos/edicao_2025_do_guiã_final_para_cop30.pdf/](#)

4.4. Padrões mínimos de qualidade:

Os equipamentos devem ser novos e de primeiro uso. Todos os equipamentos devem estar cobertos por garantia total, conforme exigido pela legislação atual (Anvisa/Anatel/I) estão detalhados na planilha de especificações, anexa a este documento ID. [38723679](#);

As dúvidas sobre as especificações, conteúdo e demais aspectos que se refiram aos itens das aquisições deverão ser dirimidas junto à PROAD, no e-mail "dlc@uern

4.5. Transição Contratual:

Não serão necessários trâmites de transição contratual

4.6. Da Qualificação técnica:

A exigência de atendimento inciso VI do artigo 67 da Lei 14.133/2021, como critério de qualificação técnica para o fornecimento do objeto, demonstra uma preocupação devida competência técnica para fornecimento do item demandado, além de assegurar que os equipamentos fornecidos possuam as características demandadas e f. fornecimento do objeto.

Da análise de requisitos:

Inciso VI: A exigência de uma declaração de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e condições do contrato visa assegurar que a empresa esteja ciente das divergências e conflitos.

4.7 Do regime de execução aplicável à contratação em tela:

4.7.1 Conforme o Art. 6º, XIII e XXVIII da Lei 14.133/2021, conforme segue: "XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos pelo mercado;" e " XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;"

4.7.2 Consideramos o respectivo regime de contratação em virtude de sua natureza. Pois não restringe a participação nem prejudica a economia de escala.

4.8. Da necessidade de vistoria

Considerando as características do objeto da contratação não haverá necessidade de realização de vistoria.

5. Estimativa das Quantidades e memória de cálculo**5.1 Da quantidade demandada:**

As especificações, quantidades e valores estimados estão detalhadamente apresentados lista de itens, identificada pelo documento Id. [38723679](#);

5.2 Justificativa para aquisição dos equipamentos:

A análise consolidada da planilha anexa evidencia que os equipamentos de Tecnologia da Informação (TI) propostos neste Estudo Técnico Preliminar foram dimensionados e apresentados pelas unidades acadêmicas, administrativas e de pesquisa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Os quantitativos contemplam entre atendimento imediato das necessidades institucionais e margem de segurança operacional, conforme boas práticas de planejamento da contratação Id. [38723679](#)

Os itens elencados abrangem um amplo conjunto de soluções tecnológicas — incluindo notebooks, desktops, dispositivos móveis, monitores, nobreaks, projetores — para suprir demandas essenciais de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. A distribuição dos quantitativos demonstra a capilaridade institucional da UERN, atendendo polos de Educação a Distância, pró-reitorias, unidades acadêmicas, setores administrativos e estruturas de apoio, conforme detalhamento por solicitante constante na planilha anexa.

Destaca-se que a padronização técnica adotada — especialmente nos equipamentos de rede, servidores, storage e estações de trabalho — visa garantir interoperabilidade e maior vida útil dos ativos tecnológicos. Tal estratégia está alinhada às aquisições anteriores da instituição, evitando fragmentação tecnológica e otimizando os custos dos itens constantes no documento Id. [38723679](#);

O valor global estimado da contratação, apurado a partir da soma dos valores unitários e totais constantes na planilha, reflete pesquisa de mercado compatível com a realidade institucional, assegurando economicidade sem prejuízo à qualidade. A previsão orçamentária contempla equipamentos com garantias estendidas, certificações técnicas e requisitos de manutenção, substituições, manutenções corretivas e indisponibilidade de serviços essenciais. Adicionalmente, a aquisição dos equipamentos listados é estratégica para sustentar a comunidade universitária composta por 744 docentes efetivos, 609 técnicos administrativos e 10.932 estudantes, bem como para dar suporte adequado à infraestrutura tecnológica institucional, para a eficiência administrativa, para a segurança da informação e para o alcance das metas estratégicas da UERN, consolidando a infraestrutura social e acadêmica.

5.2 Da memória de cálculo:

O valor estimado para a aquisição dos itens demandados, segue conforme Item 07 deste documento.

6. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar**Solução 1: Locação dos itens;**

A locação apresenta como principal vantagem a redução do investimento inicial, permitindo à instituição dispor rapidamente dos equipamentos necessários sem necessidade de aquisição imediata.

Solução 2: Aquisição dos itens demandados;

A aquisição dos itens, conforme as especificações detalhadas neste documento, representa um investimento inicial mais elevado, mas garante à instituição a proprie

Considerando as propostas apresentadas, será realizado uma análise prática com o objetivo de exemplificar as duas situações propostas;

Exemplo 1: Locação de computador desktop completo:

Conforme Pregão realizado pela Prefeitura Municipal de Mimoso do sul CNPJ:27.174.119/0001-37

Identificação: 386916.

1. Custo Comparativo

A locação de computadores desktop básicos apresenta custo médio de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês por unidade. Considerando um período de 24 (vinte e quatro) para a aquisição definitiva do mesmo equipamento. Nesse cenário, a instituição estaria direcionando recursos a um gasto recorrente, em vez de investir na formação de seu próprio seria mantido pela equipe técnica interna.

2. Riscos da Locação

Embora a locação possa ser útil em situações específicas, como demandas temporárias ou quando há incerteza quanto à continuidade da necessidade, este modelo apresenta risc

- **Acúmulo de custos recorrentes**, que tende a superar significativamente o valor de aquisição definitiva.
- **Dependência de contratos de terceiros**, sujeitos a reajustes periódicos, atrasos em renovações ou litígios administrativos, que podem gerar descontinuidade no fornecimen
- **Menor autonomia institucional**, uma vez que a gestão e a disponibilidade dos equipamentos ficam condicionadas ao cumprimento contratual da empresa locadora.

3. Vantagens da Aquisição

A aquisição definitiva dos equipamentos apresenta benefícios estratégicos e financeiros para a instituição, entre os quais:

- **Autonomia na gestão da infraestrutura**, com maior controle sobre a utilização e manutenção.
- **Eliminação de gastos recorrentes de locação**, garantindo maior previsibilidade orçamentária e sustentabilidade financeira.
- **Integração dos equipamentos ao patrimônio institucional**, agregando valor aos ativos e fortalecendo a infraestrutura tecnológica de médio e longo prazo.
- **Planejamento de manutenção**, em conformidade com a política de gestão patrimonial da instituição, assegurando melhor organização e controle dos recursos.

4. Conclusão

Após análise comparativa entre as alternativas apresentadas, opta-se pela **Solução 2 – Aquisição dos itens de tecnologia da informação**, por aprese do art. 20 da **Lei nº 14.133/2021**, que orienta a seleção da proposta mais vantajosa considerando o ciclo de vida do objeto. Ainda que a locação (Solução 1) rep além de eventual dependência contratual e limitações quanto à customização, substituição e controle dos bens.

A aquisição, embora requeira investimento imediato superior, elimina despesas contínuas, garante **patrimônio próprio à instituição** (com possibilida de **possibilitar a depreciação contábil**, conforme previsto na **Portaria STN nº 548/2015**. Essa alternativa confere **maior previsibilidade orçamentária**, evita reajuste

De acordo com o **Guia de Boas Práticas da Estratégia de Governança Digital (EGD)**, instituído pelo Decreto nº 10.332/2020, recomenda-se que as priorizando **eficiência, economicidade e sustentabilidade**. Dessa forma, a Solução 2 atende aos princípios da **eficiência (art. 11 da Lei 14.133/2021)**, da **econon** tecnológica à instituição, o que justifica sua escolha como alternativa mais vantajosa.

7. Estimativa preliminar de preços:

Valor total preliminar/aproximado: R\$ 8.254.203,38;

Os Valores são preliminares e foram extraídos de planilha previamente encaminhada pela Pró-reitoria de Administração - PROAD, através do processo SEI-UERN: [04](#)

8. Descrição da Solução como um todo:

Considerando a viabilidade técnica e econômica, efetividade na aplicação dos recursos públicos e atendimento direto das unidades da UERN, conclui-se que a **aquisi** **solução mais eficiente, vantajosa e alinhada ao interesse público**, conforme previsto no Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

8.1 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Segue em conformidade com o estabelecido no Documento "Lista de Itens" Id. [38723679](#);

8.2 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

8.2.1 O endereço de entrega dos equipamentos de TI a que se refere o item anterior é: Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 59619-00 central através do seguinte endereço eletrônico: "almoxarifado@uern.br";

8.2.2 Os materiais deverão ser entregues em até 30 dias após o envio da Ordem de compra emitida pelo setor responsável;

8.2.3 Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de p neste documento e na proposta.

8.2.4 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento e na proposta, devendo ser contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.5 Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do n

8.2.6 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o receb

8.2.7 O recebimento provisório ou definitivo dos bens não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.2.8 A cobrança/faturamento pela CONTRATADA fica condicionada à efetiva entrega do material e expressa aceitação pela equipe de fiscalização técnica.

8.2.9 Caso o fornecedor entregue parcialmente a quantidade contratada, o faturamento será proporcional à quantidade efetivamente entregue, na proporção do qu cabíveis.

8.1.10 O prazo fixado poderá ser prorrogado, em caráter excepcional, mediante solicitação fundamentada da contratada, sendo o deferimento resguardado à Admi

8.1.11 A contratação deverá ocorrer nos moldes do Sistema Registro de Preços, conforme exigências da legislação vigente.

8.1.12 O critério de julgamento deverá ser o de menor preço por item, tendo em vista que a mesma não restringirá o caráter competitivo do certame.

8.3 DA REQUISICÃO MÍNIMA

8.3.1 Não serão admitidas propostas apenas para a requisição mínima; devendo a mesma, obrigatoriamente, contemplar o total solicitado por item.

8.3.2 Justifica-se tal exigência em função das características gerais da lista de itens; que apresenta uma uma grande quantidade de itens com alto quantitativo unitár remanescente pouco atrativo aos demais fornecedores/licitantes, concorrendo para o seu fracasso.

8.4 DA SUBCONTRATAÇÃO

8.4.1 Não será permitida a subcontratação, conforme NOTA TÉCNICA Nº 1/2024/UERN - PROAD - ASSESSORIA/UERN - PROAD/UERN - REITORIA:

"Artigo 11. Nas contratações da Fuern, somente será permitida a subcontratação para os casos de Obras e Serviços de Engenharia, devendo estar previsto no Estudo Técnico Preliminar. P. Única: Nos casos de serviços em que couber a subcontratação, o demandante deverá fazer constar no Estudo Técnico Preliminar justificativa adequada ao caso a poderão ser subcontratadas"

8.5 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será dispensada a exigência de garantia contratual, visto que a mesma poderá restringir a competitividade, inviabilizando a participação de outros licitantes que não garantia, apesar de possuírem condições de fornecer o objeto desta contratação. Sendo importante pontuar ainda que a Administração possui outros meios para serem celebrados; bem como de aplicar as sanções e penalidades previstas na lei.

8.6 DO ÍNDICE DE REAJUSTE

O índice de reajuste indicado é o índice de Custo da Tecnologia da informação - ICTI, calculado pelo IPEA;
O reajuste com base no Índice de Custo da Tecnologia da informação - (ICTI), visa manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados na área de Tecnologia da Informação. O respectivo índice reflete a variação dos custos específicos do setor de Tecnologia sendo a mais indicada para a aquisição inserida neste processo.

8.7 DA FISCALIZAÇÃO

Ao finalizar-se o processo de contratação, a Administração deverá designar um Fiscal técnico, Administrativo e Gestor para análise e verificação da conformidade com o Edital.

8.8 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

8.8.1 Além dos critérios de habilitação usualmente requeridos, tais como certidões de insolvência, falência e balanço patrimonial; recomenda-se que a licitante atente para a NOTA TÉCNICA Nº 1/2024/UERN - PROAD - ASSESSORIA/UERN - PROAD/UERN - REITORIA, conforme segue:

"Artigo 8º. A exigência de documentação para comprovação da habilitação econômico-financeira a ser incluída no Termo de Referência e Edital será restrita à apresentação de:
I - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação em sociedade simples;
II - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
Artigo 9º. Para as aquisições de bens, contratações de serviços em geral e serviços terceirizados sem dedicação exclusiva de mão de obra, serão exigidos apenas os requisitos do §1º. Considerando o vulto e a complexidade do objeto a ser contratado, bem como a natureza

8.8.2 Justificativa para utilização da NOTA TÉCNICA Nº 1/2024/UERN - PROAD - ASSESSORIA/UERN - PROAD/UERN - REITORIA

Para a contratação em tela, que trata da aquisição de equipamentos e materiais de tecnologia da informação e comunicação (TIC), entende-se necessária a exigência de certidão negativa de falência e, no caso de sociedade simples ou pessoa física, certidão negativa de insolvência civil. Esses documentos permitem verificar se o fornecedor cumpre as obrigações contratuais;

A exigência é objetiva e não impõe ônus excessivo aos licitantes, tendo como finalidade assegurar que a empresa não se encontra em estado de insolvência ou falência. Dessa forma, considera-se que a documentação exigida é suficiente, pertinente e proporcional para garantir segurança à Administração, sem comprometer a ampla concorrência.

9. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução:

Considerando a demanda apresentada, O critério de julgamento será o de menor preço por item, tendo em vista que a mesma não restringirá o caráter competitivo da contratação.

10. Demonstrativo dos Resultados Esperados:

A aquisição dos bens de informática descritos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), vinculado ao processo SEI-UERN nº [04410277.000053/2024](#), visa o fortalecimento da infraestrutura tecnológica da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Trata-se de uma iniciativa voltada não apenas à melhoria operacional, no desempenho acadêmico e na inovação institucional.

Com a implementação dos novos recursos de TI, todas as unidades – incluindo os seis campi presenciais, os polos de Educação a Distância (EaD) e os cursos online – serão atualizados, confiáveis e compatíveis com as exigências das atividades acadêmicas contemporâneas. Espera-se uma melhoria significativa nas rotinas administrativas, aumentando a segurança da informação.

No âmbito acadêmico, a modernização tecnológica proporcionará condições mais adequadas ao ensino híbrido, ao desenvolvimento de pesquisas e à execução de 213 projetos. Isso impactará diretamente na produtividade de docentes, técnicos e estudantes, criando um ambiente mais colaborativo, eficiente e conectado às demandas atuais.

Além disso, essa aquisição contribuirá para a redução do passivo tecnológico, minimizando riscos de falhas operacionais e promovendo maior sustentabilidade. Também permitirá à UERN acompanhar as diretrizes de transformação digital previstas no Decreto nº 10.332/2020 e nos marcos da Estratégia de Governo Digital.

Portanto, os resultados esperados transcendem a simples aquisição de bens: trata-se de garantir à UERN condições adequadas para consolidar sua missão social e utilizar de forma responsável e eficiente os recursos públicos investidos.

11. Providências a serem adotadas pela Administração:

Após a finalização do processo licitatório e a devida homologação dos resultados para cada item, a Administração adotará as providências necessárias para a realização da designação formal do Gestor e dos Fiscais do contrato, conforme previsto nos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, responsáveis por acompanhar, supervisionar e garantir a execução.

Esses agentes atuarão diretamente na verificação da conformidade técnica dos equipamentos de TI, entregues, assegurando que atendam às especificações e compõem o processo. Além disso, caberá a eles orientar as unidades beneficiadas quanto ao uso correto e adequado dos materiais e equipamentos de TI, bem como a operacionalização inicial.

A atuação dos fiscais também incluirá o registro de ocorrências, elaboração de relatórios e comunicação com os setores competentes em caso de irregularidades durante a execução. Cada unidade acadêmica e administrativa contará com o apoio de técnicos locais, que auxiliarão na operacionalização e acompanhamento da utilização dos recursos.

Essa abordagem assegura a plena funcionalidade dos materiais e equipamentos de TI, adquiridos, a correta aplicação dos recursos públicos e a preservação dos princípios da eficiência, economicidade e legalidade.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais:

Segue conforme Item 4.3 do respectivo documento.

As respectivas certificações, quando solicitadas, serão demandadas apenas para equipamentos de TI que não possuam comprovação de atendimento encaminhadas para os itens deste instrumento.

Trata-se de uma forma de mitigação para possíveis impactos ambientais previstos no respectivo Guia de Contratações Sustentáveis.

13. Contratações correlatas ou interdependentes

Não há contratações em andamento com o mesmo objeto(descrição e especificidades) a esta contratação.

14. Declaração da viabilidade ou não da contratação:

A aquisição dos equipamentos de Tecnologia da Informação (TI) descritos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) revela-se essencial e plenamente justificada pelo Estado do Rio Grande do Norte (UERN) às demandas tecnológicas contemporâneas. A iniciativa fundamenta-se em levantamento consolidado das necessidades apresentadas demonstrado na planilha anexa, a qual detalha quantitativos, reserva técnica, valores unitários e valor global estimado da contratação Id. [38723679](#); Mais do que um equipamento estruturado e diversificado de equipamentos de TI, incluindo, entre outros, **equipamentos de informática (notebooks, desktops e workstations), dispositivos de rede (switches, access points), nobreaks, racks, servidores e soluções de armazenamento**. Somente no que se refere a computadores desktops, notebooks acadêmicas e administrativas, com valor estimado de **R\$ 1.925.000,00**, evidenciando a escala institucional da demandada Id. [38723679](#);

Os quantitativos consolidados refletem o atendimento integral às necessidades de **6 (seis) campi presenciais, 14 (quatorze) polos de Educação Superior, 10 programas de mestrado e 9 (nove) programas de doutorado**, assegurando infraestrutura tecnológica compatível com a complexidade das atividades desenvolvidas, estratégia que visa garantir continuidade operacional, mitigação de riscos e reposição imediata em caso de falhas ou expansão pontual da demandada Id. [38723679](#); **docentes efetivos, 609 técnicos administrativos e mais de 10.932 estudantes ativos** o que reforça a necessidade de uma base tecnológica robusta, segura e padronizada, desempenho, como **notebooks avançados, servidores e storage corporativos**, essenciais para atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, e em que **quais 93% do corpo docente possui titulação de mestre ou doutor**.

O valor total estimado da contratação, conforme consolidado na planilha, é de R\$ 7.154.305,88, resultado de pesquisa de mercado compatível com o que proporcionará benefícios diretos, como a melhoria do desempenho das atividades acadêmicas e administrativas, o fortalecimento da segurança da informação, a otimização e o aumento da produtividade institucional, além de dar suporte adequado aos **213 projetos de extensão atualmente em execução**. A não realização dessa contratação comprometendo a continuidade dos serviços essenciais, a eficiência administrativa e a qualidade das atividades acadêmicas, em prejuízo ao cumprimento das metas.

Diante do exposto, declara-se a **plena viabilidade da contratação** dos equipamentos especificados neste ETP, considerando a necessidade institucional na planilha anexa, bem como os ganhos em economicidade, eficiência e racionalização dos recursos públicos, consolidando a UERN como referência regional em infraestrutura.

15. Responsabilidade pela Elaboração e Conteúdo do Documento:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares desta unidade demandante e que o mesmo tem validade jurídica.

Marcos Derby de Sousa Lima

Setor de Controle de Dados - SCD

Superintendência de Tecnologia da Informação STI

Mossoró-RN, datado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Derby de Sousa Lima, Gestor(a) de Contratos da Unidade**, em 14/01/2026, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38723658** e o código CRC **5CAE669F**.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://portal.uern.br/

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 04410277.001088/2025-87

Unidade Gestora: **FUERN**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026-
FUERN, QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE – FUERN E
.....

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN, Instituição de Ensino Superior incorporada à Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte por via da Lei Estadual n.º 5.546, de 08 de janeiro de 1987, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.258.295/0001-02, na Rua Doutor Almino Afonso, nº 478, Centro, 59.610.210, Mossoró-RN, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 04410277.001088/2025-87 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 07/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamentos de informática para toda a instituição, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um ano) contado da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

3.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias após o envio da Ordem de compra emitida pelo setor responsável.

3.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.2. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da FUERN, no seguinte endereço: Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 59619-000.

3.2.1. Para a entrega dos bens, o Contratado deverá encaminhar e-mail antecipadamente ao almoxarifado central através do seguinte endereço eletrônico: "almoxarifado@uern.br".

3.3. Serão aceitos apenas itens novos, de primeiro uso.

3.4. O fornecedor deverá disponibilizar toda a logística necessária para a entrega dos equipamentos dentro do prazo estipulado neste e em outros documentos contratuais.

3.5. Outros requisitos estão detalhados na lista de especificações.

3.6. As dúvidas sobre as especificações, conteúdo e demais aspectos que se refiram aos itens das aquisições deverão ser dirimidas junto à PROAD, no e-mail "dlc@uern.br" e "scd.dis@uern.br".

Garantia, manutenção e assistência técnica

3.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de outro prazo individualmente estipulado para aquele objeto conforme descrição do item na Tabela 1.1 acima.

3.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

3.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo

necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

3.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.15. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

3.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

4.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

4.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

4.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

4.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

4.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

4.16. Além do disposto nesta Sessão, o(s) fiscal (is) de contrato deverão observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

Gestor do Contrato

4.17. Cabe ao gestor do contrato:

4.18. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.19. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.20. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.21. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.22. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.23. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4.24. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4.25. Além do disposto nesta Sessão, o gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.1. A vedação à subcontratação se justifica por se tratar de contratação que objetiva a aquisição de itens de grande necessidade técnica. Permitir a subcontratação, total ou parcial, enfraqueceria a garantia da execução do contrato, por transferir a terceiros a obrigação, e poderia gerar conflitos de interesse ou falhas de fiscalização.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até prazo de 15 (quinze) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.12.1. o prazo de validade;
- 7.12.2. a data da emissão;
- 7.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.12.5. o valor a pagar; e
- 7.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de Pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.27. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.31. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

Reajuste

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice de Custo da Tecnologia da**

informação - ICTI, calculado pelo IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.1. O reajuste com base no Índice de Custo da Tecnologia da informação - (ICTI), visa manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados na área de Tecnologia da Informação. O respectivo índice reflete a variação dos custos específicos do setor de Tecnologia sendo a mais indicada para a aquisição inserta neste processo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da **Procuradoria Geral do Estado** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento

do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

10.15. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.17. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.18. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.19. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.21. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. Será dispensada a exigência de garantia contratual, visto que a mesma poderá restringir a competitividade, inviabilizando a participação de outros licitantes que não possuam grande quantidade de valores em caixa para prestar a referida garantia, apesar de possuírem condições de fornecer o objeto desta contratação. Sendo importante pontuar ainda que a Administração possui outros meios para minorar os prejuízos advindos da inexecução parcial ou total dos contratos celebrados; bem como de aplicar as sanções e penalidades previstas na lei.

12.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Multa

13.2.4. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

13.2.5. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

13.2.5.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.2.6. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

13.2.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

13.2.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.2.9. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.2.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

14.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Das indenizações e multas.

14.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da **FUERN** deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/unidade: [...];
- II - Fonte de recursos: [...];
- III - Programa de trabalho: [...];
- IV - Elemento de despesa: [...]; e
- V - Plano interno: [...]; e
- VI - Nota de empenho: [...].

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da **Justiça Estadual, Comarca de Mossoró**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Modelo da AGU - Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.

Atualização: DEZ/2025, Id. [39795634](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elza Thays Farias de Lucena, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 05/03/2026, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovani Carlos de Andrade Filho, Diretor(a) da Unidade**, em 05/03/2026, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39795680** e o código CRC **3C020F05**.

Referência: Processo nº 04410277.001088/2025-87

SEI nº 39795680

Criado por [thayslucena](#), versão 5 por [thayslucena](#) em 05/03/2026 09:50:28.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**MINUTA**

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN**, Instituição de Ensino Superior incorporada à Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte por via da Lei Estadual n.º 5.546, de 08 de janeiro de 1987, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.258.295/0001-02, na Rua Doutor Almino Afonso, 478, Centro, 59.610.210, Mossoró-RN, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no de de de, portador da Matrícula Funcional nº, considerando o julgamento da [licitação na modalidade de **pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº **04410277.001088/2025-87**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, Lei Complementar Estadual nº 675 de 06 de novembro de 2020** e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de equipamentos de informática para toda a instituição**, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do edital de licitação n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:			(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Grupo	Item	Descrição do Item (Objeto)	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unid.	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Unit.	Prazo garantia ou validade
1	1								
2									

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será **a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**
3.2. **Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. **Não será permitida a adesão de outros órgãos a esse registro de preços.**

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano, contado da publicação**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item Erro: Origem da referência não encontrada e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2. e no item 7.2.1., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora,

mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada eletronicamente, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Exclusão da cláusula de Remanejamento das Quantidades Registradas devido e inexistência de participantes e vedação a adesão à ata de registro de preços.

Há referência subsidiária ao Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, tendo em vista que alguns dispositivos adotados na minuta da AGU, não estão expressamente contemplados no decreto estadual, sendo o decreto federal utilizado como complemento normativo compatível.



Documento assinado eletronicamente por **Elza Thays Farias de Lucena, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 05/03/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovani Carlos de Andrade Filho, Diretor(a) da Unidade**, em 05/03/2026, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39801329** e o código CRC **31F639BA**.

Referência: Processo nº 04410277.001088/2025-87

SEI nº 39801329

Criado por [thayslucena](#), versão 4 por [thayslucena](#) em 05/03/2026 10:11:11.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINUTA

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

Licitações e Contratos da UERN

Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Mossoró-RN

Referência: Pregão Eletrônico SRP nº 07/2026 - FUERN.

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do pregão acima citado.

Razão Social:		CNPJ:	
Representante Legal:		CPF:	
Endereço completo:			
Inscrição Estadual Nº:		Telefone	
Inscrição Municipal Nº:		E-mail:	
Banco:		Agência:	
Conta-Corrente:			

1. PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	UNID.	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Total dos itens:						
Alíquota do ICMS ou ISS*:						
Valor do ICMS ou ISS*:						
Valor líquido dos itens:						

*Aplicar apenas quando for o caso.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

2.1. A presente proposta é válida por **60 (sessenta)** dias contados da data de sua apresentação.

2.2. Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

a) examinou cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceita todas as condições nele estipulados e que, ao assinar a presente declaração, renuncia ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;

b) que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação.

Local, ____ de ____ de ____

nome e assinatura do representante legal
número da carteira de identidade e/ou CPF

Obs.: Encaminhamento obrigatório, antes e imediatamente após a fase de lances, no caso de proposta melhor classificada.



Documento assinado eletronicamente por **Raíssa Carla Fernandes Lobato Marques, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 05/03/2026, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39809329** e o código CRC **3043FC15**.

Referência: Processo nº 04410277.001088/2025-87

SEI nº 39809329

Criado por [raissalobato](#), versão 2 por [raissalobato](#) em 05/03/2026 12:14:31.